

município  
**tavira**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA**  
(Mandato 2021-2025)

**ATA n.º 7/2022**

**Sessão Ordinária Pública, de 19 de dezembro de 2022**

**Local:** Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.

**Mesa:**

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Natércia Maria Teixeira Joaquim

**Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:**

- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PPD/PSD);
- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);
- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PPD/PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- Liliana Ribeiro Fernandes (PPD/PSD);
- Jovita Fátima Romano Ladeira (PS);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);
- David Martins (PS);
- João Pedro Rôlo Correia (PPD/PSD);
- Gisela Sofia Viegas (PS);

- Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);
- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PPD/PSD);
- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
- Jorge Eduardo Pereira Cruz (PPD/PSD);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS).

**Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:**

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

**Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:**

- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD);



--- Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** José Manuel Madeira Guerreiro, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e quatro minutos.-----

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores, os deputados municipais, o público presente e o que estava a assistir via *Facebook*, cumprimentou também os funcionários da biblioteca, o secretariado de apoio ao funcionamento da Assembleia, os técnicos da informática e os técnicos de som e imagem, mencionando que os mesmos garantiam a emissão para o público que assistia em casa.-----

--- Disse que havia um pedido de substituição, da Deputada Municipal Muriel Cristina Dias Neto, e em sua substituição estava o Deputado Municipal Jorge Eduardo Pereira Cruz e atendendo ao facto da segunda secretária ter pedido substituição, solicitou à líder de bancada do PSD que designasse o seu substituto.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** cumprimentou o público que assistia através do *Facebook*, o Presidente da Assembleia Municipal, a primeira secretária, o executivo municipal, os senhores presidentes de junta, os deputados municipais e todo o público presente, com votos de continuação de boas festas e indicou que na ausência da Deputada Municipal Muriel Cristina Dias Neto seria designada a Deputada Municipal Natércia Joaquim, que tomou lugar na Mesa da Assembleia.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a primeira secretária Maria Margarida Flores iria fazer a chamada.-----

--- **Presenças:** Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Jorge Eduardo Pereira Cruz, João Pedro Rôlo Correia, Jorge Francisco da Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Liliana Ribeiro Fernandes, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira, Sónia Margarida Correia Tomás.-----

--- Os deputados municipais Ângelo Filipe Silva Pereira e José Mateus Domingos Costa não se encontravam presentes no momento da chamada.-----



- **O Presidente da Assembleia Municipal** José Manuel Madeira Guerreiro, deu a palavra à segunda secretária Natércia Maria Teixeira Joaquim, para informar sobre a correspondência recebida, desde a última sessão da Assembleia.-----
- **A segunda secretária Natércia Maria Teixeira Joaquim** informou os membros da Assembleia Municipal, nos termos alínea m) do artigo 7º do regimento, que desde a última sessão foi recebida pela mesa a seguinte correspondência: -----
- A Deputada Municipal Ana Cristina dos Santos Palmeira, solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022;-----
- O Deputado Municipal João Pedro Rôlo Correia, solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 17 de outubro de 2022;-----
- A Deputada Municipal Ana Rita Gonçalves Pacheco, solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 17 de outubro de 2022;-----
- O Deputado Municipal David Martins, solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 17 de outubro de 2022; -----
- A Associação Nacional de Assembleias Municipais, informou que se iria realizar uma Conferência sobre a “Gestão de Risco na Governação Pública Local e os Desafios da Auditoria”, no dia 14 de Outubro de 2022;-----
- A Assembleia Municipal de Olhão, convidou para participar no II Encontro de Presidentes de Assembleias Municipais do Algarve, a realizar no dia 19 de novembro de 2022, em Olhão; ---
- A Associação Ecotopia Activa, solicitou informação sobre a proposta anteriormente apresentada, pelas associações Ecotopia Activa e Associação AlBio, para integração no Polo de Inovação - CEAT de Tavira;-----
- A Deputada Municipal Liliana Ribeiro Fernandes, solicitou o pagamento das ajudas de custo, referentes às sessões de 30 de setembro e 17 de setembro;-----
- O Grupo Parlamentar do PCP, remeteu propostas sobre o Fim das Portagens nas ex-SCUT e o fim das PPP rodoviárias; -----
- A Associação Nacional Assembleias Municipais, informou que o valor da quota para o ano de 2023 se mantém inalterável;-----
- A Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão, remeteu a proposta de desagregação da União de freguesias de Luz de Tavira e Santo Estevão;-----
- O Grupo Parlamentar do PCP, remeteu Propostas de alteração/aditamento na especialidade do Orçamento do Estado para 2023 - Autarquias Locais;-----
- A Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, remeteu a proposta de desagregação da União de freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira;-----

- A Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, remeteu uma proposta do Plano Ferroviário Nacional e Plano de Recuperação e Resiliência;-----
- A Múncipe Ângela Maria Lourenço Rosa, solicitou informação sobre o novo plano de ordenamento dos parques naturais do Algarve;-----
- A CI-AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, remeteu convocatória para a sessão da Assembleia Intermunicipal a realizar no dia 19 de dezembro de 2022;-----
- A Associação Nacional de Assembleias Municipais, remeteu pareceres emitidos pela assessoria jurídica da ANAM;-----
- O Múncipe Ângelo Miguel Gago Gonçalves, solicitou informação sobre o processo de desagregação da freguesia da Luz e Santo Estevão;-----
- A Deputada Municipal Muriel Cristina Dias Neto, solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2022;-----
- O Múncipe Guilherme Garrido Pereira Neto Gaspar, solicitou informação sobre a alteração do Regulamento de Venda de Imóveis Propriedade do Município de Tavira - Rua José do Nascimento Menau, n.º 87 | Santa Luzia;-----
- A Associação Nacional de Assembleias Municipais, informa sobre o projeto “Histórias da Ajudaris”;-----
- O Partido Social Democrata, remeteu um Voto de Congratulação a Ana Isabel Nascimento Santos, pela conquista do Prémio Nacional de Arquitetura – Forma, na categoria Jovens Emergentes;-----
- O Partido Socialista, remeteu um Voto de Congratulação ao Ginásio Clube de Tavira referente à Modalidade Boxe;-----
- O Partido Socialista, remeteu um Voto de Congratulação ao Kombatefácil - Associação Socio - Cultural, Desportiva e Recreativa;-----
- O Partido Socialista, remeteu um voto de louvor a Pedro Miguel Ferreira Pires;-----
- O Partido Socialista, remeteu um voto de pesar pelo falecimento de Jorge Fernandes;-----
- O Partido Socialista, remeteu um voto de pesar pelo falecimento de Jorge Manuel Fernandes Valente;-----
- O Partido Socialista, remeteu uma moção sobre a Estrada Nacional 125 – atravessar em segurança;-----
- O Grupo Parlamentar do PCP, remeteu para conhecimento um Projeto de Lei n.º 421/XV - Altera o procedimento especial de reposição de freguesias.-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal**, referiu que todos os deputados municipais já se encontravam presentes e deixou uma nota sobre o modo como iria decorrer a sessão, nomeadamente a apresentação de um voto de louvor, os votos de congratulação, a moção e



por fim apresentação dos votos de pesar, seguindo-se o período antes da ordem do dia, a informação da atividade da câmara municipal apresentada pela Presidente da Câmara Municipal, o período da ordem do dia e por fim a intervenção do público. Referiu ainda que o público que quisesse usar da palavra podia se inscrever até o fim do período antes da ordem do dia, lembrando que não poderiam intervir sobre assuntos constantes da Ordem de Trabalhos e solicitou que as intervenções não excedessem os três (3) minutos.-----

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o VOTO DE LOUVOR A PEDRO MIGUEL FERREIRA PIRES, apresentado pelo Partido Socialista.**-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, os membros da Mesa e da Assembleia Municipal, extensíveis aos membros do executivo municipal e aos serviços de apoio à Assembleia Municipal, quer os colaboradores do Município quer os da empresa que asseguravam a transmissão online dos trabalhos, deixando um cumprimento especial também ao largo público que acompanhava presencialmente a sessão e a todos os que assistiam através do *Facebook* do município, esperando que os trabalhos pudessem decorrer de forma natural e produtiva para o município e para todos os Tavirenses.-

--- Disse que o grupo municipal do Partido Socialista (PS) aproveitava a oportunidade para saudar e propor à Assembleia Municipal que aprovasse um voto de louvor a um jovem tavirense que se vinha destacando no mundo da música, formado na Banda Musical de Tavira, ingressando muito jovem no Conservatório Regional do Algarve Maria Campina. -----

--- Ao longo da sua carreira tinha feito formação na Escola Superior de Música e noutras agremiações, sendo atualmente também professor em outras tantas, nomeadamente em bandas musicais, como a banda musical de Tavira onde tinha crescido, partilhando as suas aprendizagens com outros jovens, continuando a fazer tudo pelo desenvolvimento da música e atualmente profissional das Forças, contramestre da Banda da Armada. Referiu que o Pedro Pires era motivo de orgulho para todos os tavirenses e claramente um algarvio que tinha marcado e dado cartas a nível nacional e internacional conquistando um conjunto de distinções a nível musical, num universo extremamente competitivo nos tempos atuais. Deixou o desafio para que a Assembleia Municipal reconhecesse toda a sua carreira e aprovasse o voto de louvor.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE LOUVOR A PEDRO MIGUEL FERREIRA PIRES, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa a esta ata como documento número um.**-----

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o VOTO DE CONGRATULAÇÃO A ANA ISABEL NASCIMENTO SANTOS, apresentado pelo Partido Social Democrata.**-----



--- **A Deputada Municipal Sónia Tomás** cumprimentou o Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal, o executivo municipal, os presidentes de junta e colegas deputados municipais, o público presente e o que assistia online e a todo os serviços de apoio que se encontrava a dar apoio à Assembleia Municipal. -----

--- Referiu que o grupo municipal do PSD apresentava um voto de congratulação à jovem tavirense Ana Isabel Santos, pela conquista do prémio Nacional de Arquitetura – Forma, na categoria Jovens Emergentes. -----

*“Ana Isabel Nascimento Santos, nasceu em Tavira em 1990. Frequentou a Licenciatura com Mestrado Integrado em Arquitetura pela Universidade de Évora. Entre 2013 e 2014 representa Portugal pela Universidade de Évora nos workshops internacionais ERASMUS Intensive “Paris Fortified Places” organizado pela École D’Architecture Paris – Malaquais (França). -----*

*Em 2015 conclui a dissertação “Tavira, Patrimónios do Mar – da Ribeira à casa nobre de quinhentos – o caso dos “telhados de tesouro”, sob orientação do Arq. Pedro Oliveira (Universidade de Évora) e coorientação do Prof. Dr. João Rosa Vieira Caldas (Instituto Superior Técnico). Nesse mesmo ano integra a equipa do ateliê José Adrião Arquitetos onde conclui o Estágio de Acesso à Ordem dos Arquitetos e colabora posteriormente como arquiteta em diversos projetos de reabilitação de espaço público e/ou de edifícios públicos e privados. -----*

*Em paralelo à prática de projeto colabora como fotógrafa de arquitetura e desenvolve, a título pessoal, investigação teórica acerca dos valores culturais e arquitetónicos da arquitetura tradicional e vernacular do Algarve, participando em diversos seminários, colóquios e congressos nacionais e internacionais. Tendo daí resultado a publicação de diversos artigos científicos redigidos com base nas comunicações apresentadas. -----*

*Ainda neste âmbito recebe em 2015 o convite da Câmara Municipal de Tavira para integrar a Comissão Científica dos 500 Anos de Elevação de Tavira a Cidade e, mais tarde, em 2018 a convite da DGPC (Direção Geral do Património Cultural) para apresentação do tema “Telhados de Tesouro do Algarve”, no âmbito da Reportagem da RTP aquando da celebração do Ano Europeu do Património Cultural. Em 2018 funda os MESA Atelier juntamente com os arquitetos João Varela, João Tavares e Paulo Dias. A equipa passa a defender que a abordagem a cada projeto deve exprimir o reconhecimento do território, os seus valores e os elementos que o caracterizam. Esta metodologia permite atribuir a cada uma das intervenções características únicas de valorização e entendimento dos elementos construídos e biofísicos. Fazendo de cada projeto único, pelo emprego de matérias-primas locais, estudo das técnicas construtivas da arquitetura vernacular, com base na economia de recursos e valores presentes em cada edificação ou paisagem envolvente, onde encontram o fio condutor para a maioria das*



*abordagens e intervenções. Desta colaboração resulta a participação em diversos concursos nacionais e internacionais.*-----

*E, recentemente, no passado dia 26 de outubro, conquistou o Prémio Nacional de Arquitetura – Forma, na categoria Jovens Emergentes à Casa das Janelas Verdes, em Lisboa, que visa a reconversão de uma antiga galeria de arte em habitação permanente.* -----

Pelo exposto, apresentaram o voto de congratulação à jovem tavirense Ana Isabel Nascimento Santos.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE CONGRATULAÇÃO A ANA ISABEL NASCIMENTO SANTOS, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa a esta ata como documento número dois.**-----

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o VOTO DE CONGRATULAÇÃO - GINÁSIO CLUBE DE TAVIRA, apresentado pelo Partido Socialista.** -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** apresentou o voto de congratulação, referindo o historial do Ginásio Clube Tavira, em que ao longo de quase um século os atletas do Ginásio Clube de Tavira vinham representando a cidade e o concelho nas mais diversas modalidades, nomeadamente no ciclismo, mas também no futebol. Referiu-se a uma modalidade diferente, recente no clube e na cidade, a qual devido ao trabalho e graças ao empenho dos seus dirigentes e à conquista de grandes atletas, mas também com os apoios do município tinha vindo a consolidar-se no domínio da formação, mas também da competição desportiva permitindo alcançar alguns títulos a nível nacional e em torneios internacionais.-----

--- Disse que trazia uma proposta para aprovar, um voto de congratulação, relativamente à equipa técnica, aos atletas e aos dirigentes da modalidade de boxe, deixando uma menção especial a um tavirense que regressado à sua terra quis envolver-se de uma forma muito ativa na formação desportiva, o treinador António Iria Santos, um voto que gostariam de estender a todos os atletas e à equipa técnica do Ginásio Clube de Tavira na modalidade de boxe, pela forma como têm vindo a consolidar e a dar passos seguros no desenvolvimento da modalidade.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE CONGRATULAÇÃO - GINÁSIO CLUBE DE TAVIRA, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa a esta ata como documento número três.** -----

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão O VOTO DE CONGRATULAÇÃO – KOMBATEFÁCIL - ASSOCIAÇÃO SOCIO - CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA, apresentada pelo Partido Socialista.** -----

--- **O Deputada Municipal Gisela Viegas** apresentou, em nome da bancada do PS, o voto de congratulação kombatefácil - Associação Socio - Cultural, Desportiva e Recreativa.-----



--- “A Associação Kombatefácil – Academia de Artes Marciais e Desportos de Combate, com sede em Tavira, participou recentemente no Campeonato da Europa de Karaté JSKA em Londres e o clube sagrou-se campeão e vice-campeão por equipas, tendo os atletas conquistado vários pódios a nível individual, destacando-se a prestação de José Maurício, tricampeão europeu em kata e combate/kumite. -----

A título coletivo e individual, lograram alcançar excelentes resultados que muito enchem de orgulho Portugal mas, sobretudo, Tavira e os tavirenses, fruto de uma década de trabalho continuado, desenvolvido com o apoio do Município de Tavira e das famílias dos seus praticantes, desde os mais jovens aos veteranos, permitindo-lhe o seu crescimento em quantidade de praticantes e na qualidade desportiva. -----

De igual forma, a associação também conquistou vários títulos no Campeonato Nacional de Kickboxing entre cerca de 800 participantes, realizado no início do verão em Matosinhos, e na Taça de Portugal de Kickboxing e MuayThai, disputada em novembro passado, no Pavilhão Municipal Dr. Eduardo Mansinho, em Tavira. -----

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 19 de dezembro de 2022, delibera: -----

1. Aprovar um Voto de Congratulação pelo trabalho exemplar desenvolvido pela equipa técnica e pelos dirigentes da Associação Kombatefácil – Academia de Artes Marciais e Desportos de Combate, na desenvolvimento e consolidação dos desportos de combate e do Karaté, traduzido nos resultados obtidos no Campeonato da Europa de Karaté JSKA e na Taça de Portugal de Kickboxing e MuayThai. -----

2. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta à Associação Kombatefácil – Academia de Artes Marciais e Desportos de Combate, e, para conhecimento e divulgação à Câmara Municipal de Tavira e à delegação regional do Algarve do Instituto Português do Desporto e Juventude, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira”.--

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **VOTO DE CONGRATULAÇÃO – KOMBATEFÁCIL - ASSOCIAÇÃO SOCIO - CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA**, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa a esta ata como documento número quatro.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão **A MOÇÃO ESTRADA NACIONAL 125 – ATRAVESSAR EM SEGURANÇA**, apresentada pelo Partido Socialista. -----

--- O Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e a digníssima mesa, a Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores, os dignísimos colegas de bancada, o digníssimo público presente e o que assistia em casa,



desejando a todos um bom Natal e boas festas e apresentou, em nome da bancada do PS, a moção Estrada Nacional 125 – Atravessar em Segurança. -----

--- *“O desenvolvimento Urbanístico verificado na zona norte da cidade de Tavira intensificado pela retoma da economia e pela instalação de diversos estabelecimentos comerciais de elevada procura e serviços públicos, tem motivado o crescimento do tráfego rodoviário e de peões naquela envolvente. -----*

*Apesar dos investimentos previstos na obra de requalificação da Nacional 125 preverem a realização de diversas melhorias ao nível do traçado da via e a adoção de medidas promotoras de segurança rodoviária, os atrasos verificados na sua concretização nos municípios do Sotavento Algarvio têm aumentado o sentimento de insegurança dos cidadãos que diariamente são obrigados a atravessar a Estrada Nacional 125, levando à colocação de semáforo e de uma passagem de peões onde a situação se mostrava mais crítica, na zona da Nora Velha. -----*

*Tratando-se de pequenos investimentos cuja concretização urgente é solicitada há anos pelas populações residentes nas urbanizações Marlin, Nova Tavira, Perogil, Pegada, Quinta da Barra Miraflores e Tavira Garden, todas localizadas a norte da Estrada Nacional 125, alguns previstos no projeto de requalificação supramencionado, mostra-se justificada e recomendável a sua implementação com a maior brevidade possível. -----*

*Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 19 dezembro de 2022 delibera: --*

*1. Manifestar a sua preocupação pelas condições de segurança nos atravessamentos da Estrada Nacional 125 no perímetro urbano da Cidade de Tavira. -----*

*2. Apelar ao Governo a realização de pequenos investimentos rodoviários nas zonas de atravessamento dos peões e velocípedes provenientes das urbanizações de Marlin, Nova Tavira, Perogil, Pegada, Quinta da Barra, Miraflores e Tavira Garden e das estradas de Santa Margarida e de Santo Estêvão, concorrendo dessa forma para melhorar as condições de segurança dos utentes; -----*

*3. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades e instituições: Primeiro-Ministro, Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Executivo e Primeiro-Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, e Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; -----*

*e, -----*

*4. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira”. -----*



--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** cumprimentou todos, fazendo seus os cumprimentos já endereçados pela bancada do PSD, cumprimentando todos os participantes na assembleia, bem como o público que assistia presencialmente e em casa via *Facebook*. -----

--- Relembrou que, em 2017, o então Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, tinha estado na Câmara Municipal de Tavira e tinha apresentado o plano de requalificação da EN 125, garantindo que até final daquele ano estaria todo o eixo entre Olhão e Vila Real de Santo António também concluído. Face à necessidade de atravessamentos de rotundas, de sinalização, de arranjos de estradas, tudo ficou adiado para uma reestruturação completa. Referiu ainda que o assunto tinha decorrido em período pós eleitoral, que posteriormente já tinham ocorrido várias intervenções na Assembleia Municipal, pela bancada do PSD, no sentido de abreviar a situação, pelo que era com surpresa que viam a moção em causa ser apresentada, a qual evidentemente apoiavam, por ser uma necessidade urgente, mas que já era urgente na altura da visita e que apenas tinha servido de bandeira eleitoral. ----

--- **O Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus** referiu que considerava importante esclarecer se a vinda do Ministro Pedro Marques tinha ocorrido no período pré-eleitoral ou pós-eleitoral, como mencionado pelo Deputado Municipal Jorge Corvo, ao que este esclareceu que tinha sido em período pré-eleitoral. -----

--- Referiu ainda que, a situação anteriormente exposta encontrava-se em resolução pelo Tribunal, por uma situação que envolvia as entidades, Infraestruturas de Portugal, S.A. e Rotas do Algarve Litoral, S.A., empresa que tinha a seu cargo a manutenção da EN125 e que à data, o assunto ainda se encontrava sem resolução, assim a bancada do PS, perante a necessidade urgente de solucionar a situação e daquilo que se verificava no dia-a-dia, consideravam importante apresentar a referida moção. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu-se ao Deputado Municipal José Mateus como presidente de junta e amigo, elogiando a preocupação demonstrada pelo assunto, no entanto gostariam de ver quando as propostas eram apresentadas em campanha eleitoral, que as mesmas fossem concretizadas, uma vez que se tinham passado cinco (5) anos e continuava tudo por resolver. Assim concordava com a insistência, uma vez que já deviam existir passadeiras na EN125, que facilitasse o acesso ao quartel da GNR ou às habitações, dado que aconteciam com frequência acidentes mortais no acesso às rotundas e passado o tempo referido, nada tinha sido feito, esperando que a moção fosse consequente. -----

--- **O Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus** contrapôs que possivelmente o Deputado Municipal Jorge Corvo não tinha entendido que o problema residia no facto do Tribunal ainda não se ter pronunciado sobre a solução para a situação, da mesma forma que ainda não tinham sido colocadas as luminárias na rotunda de acesso à Via do Infante. -----



--- O facto do Tribunal ainda não se ter pronunciado favoravelmente a uma ou outra entidade, levava a que a situação ainda não tivesse sido resolvida, o que motivava a bancada do PS a apresentar a moção, de modo a sensibilizar as entidades para a urgência, uma necessidade que esperavam ver resolvida com a maior brevidade possível. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos, o Presidente da Assembleia e a distinta mesa, os deputados municipais, os vereadores, os presidentes de junta de freguesia, o público que assistia presencialmente em grande número e via *Facebook*. -----

--- Referiu que o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, tinha referido praticamente tudo, destacando que o Ministro de então era Pedro Marques, atualmente era outro Ministro e deviam sensibilizar precisamente para o facto de existir um litígio no Tribunal arbitral, sem fim à vista, que tinha que ser decidido, uma vez que existiam arranjos importantes, urgentes e prioritários que necessitavam ser feitos, logo alguma das entidades teria que os assumir, a Infraestruturas de Portugal, S.A., ou Rotas do Algarve Litoral, S.A., -----

--- Salientou que as entidades com maior força para expor as referidas preocupações eram a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal, assim a principal intenção da proposta era apresentar aquelas preocupações ao Primeiro-Ministro e ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação, referindo ainda que, a Câmara Municipal continuava a insistir junto das respetivas entidades, evidenciando que havia conseguido junto das Rotas do Algarve Litoral, S.A., uma pequena abertura, que autorizava a realização da obra de eletrificação da rotunda de acesso à A22, embora o empreiteiro já não a quisesse realizar pelo preço adjudicado, o qual se encontrava completamente desfasado, o que levava ao lançamento de uma nova empreitada, e conseqüente demora na realização da mesma. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que o condicionamento era conhecido e o litígio existia aquando da vinda do Ministro, sendo o mesmo do seu conhecimento, assim considerava que a sua vinda tinha sido em vão, levando posteriormente a Câmara a ter que pressionar as respetivas entidades para a sua resolução, o que a bancada do PSD apoiava, apenas não gostavam de ser enganados. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que não aguardava há cinco (5) anos uma travessia na zona do GNR, mas sim desde a inauguração do quartel do destacamento territorial de Tavira em 2008, e tinha assistido presencialmente a um membro da Câmara Municipal de então, prometer que em seis meses a travessia estava construída, bem como à resposta dada a um órgão de comunicação social local, assim se alguém tinha andado a enganar alguém não tinha sido apenas o PS. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação A MOÇÃO ESTRADA NACIONAL 125 – ATRAVESSAR EM SEGURANÇA, a qual foi aprovada por unanimidade, que se anexa a**



esta ata como documento número cinco. -----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão os VOTO DE PESAR – JORGE FERNANDES, JOSÉ ARMANDO VIEGAS MADEIRA e JORGE MANUEL FERNANDES VALENTE, apresentados pelo Partido Socialista. -----

--- O Deputado Municipal José Graça pediu licença para apresentar dois votos de pesar, e posteriormente propor um ato complementar, o qual não constava das moções, agradecendo ao Deputado Jorge Corvo que lhe tinha feito chegar uma nota relativamente ao voto de pesar sobre Jorge Fernandes, referindo que havia falecido na semana anterior, José Madeira, outro dos ciclistas que fazia parte da gloriosa equipa liderada pelo ciclista Jorge Corvo. Assim pretendiam juntar no voto de pesar relativo a Jorge Fernandes e dedicar também a memória do José Madeira que também tinha representado e bem, o Ginásio Clube de Tavira em diversas competições nacionais nos anos sessenta (60) e setenta (70). -----

--- Relativamente a Jorge Manuel Fernandes Valente, referiu ser-lhe particularmente doloroso naquela noite evocar a sua memória, recordar um percurso de serviço público de quase vinte (20) anos, primeiro como professor depois como autarca na cidade de Tavira, servindo na Freguesia de Santa Maria e no Município de Tavira quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, e depois também como deputado eleito pelo Algarve ao longo de quatro (4) anos na Assembleia da República. Posteriormente Jorge Valente tinha abandonado a vida política ativa e tinha-se dedicado à sua carreira de advogado, serviço público que durante muitos anos exerceu na cidade de Tavira, muitas vezes procurando ajudar aqueles que não tinham acesso ao direito com a sua missão de serviço público. Em memória dos três servidores públicos referidos, pessoas que levaram a cidade de Tavira mais além, que lutaram nas suas atividades, julgava serem dignos de aprovação pela Assembleia Municipal e propôs que após a aprovação dos votos de pesar fizessem um minuto de silêncio em sua memória. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal referiu a alteração ao voto pesar, nomeadamente adicionando o antigo ciclista do Ginásio Clube de Tavira, José Madeira, considerando haver concordância com a bancada do PSD e votando em conjunto os três votos de pesar. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os VOTO DE PESAR – JORGE FERNANDES, JOSÉ ARMANDO VIEGAS MADEIRA e JORGE MANUEL FERNANDES VALENTE, aprovados por unanimidade, que se anexam a esta ata como documentos número seis e sete, respetivamente. -----

--- Fez-se um minuto de silêncio. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que iam entrar no período antes da Ordem do Dia, passando a palavra aos Deputados Municipais que pretendessem usar da palavra. -----



--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** questionou relativamente às notícias vindas do público e interrogou a Presidente da Câmara Municipal sobre a veracidade do concelho de Tavira cobrar a água mais cara em relação a outros concelhos do Algarve e a ser verdade o porquê de isto acontecer.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não conhecia o estudo, realizado pela DECO, referindo que naquele âmbito apenas existiam três empresas municipais no Algarve e que eram detidas a cem por cento (100%) pelas Câmaras Municipais, nenhuma delas tinha uma parceria público-privada com uma promessa a um sócio privado de uma rentabilidade de treze por cento (13%), num acordo parassocial o qual tinha sido aprovado em Assembleia Municipal, celebrado muito antes do executivo do Partido Socialista assumir funções, pelo que o executivo de então saberia a razão da promessa de rentabilidade, juntando ao “*Break Even Point*”, em que as receitas cobriam as despesas, a rentabilidade proposta de treze por cento (13%). Considerou que era normal que todas as outras empresas que não tinham como fim o lucro ou aquela rentabilidade pudessem ter valores diferentes, referindo que aquele tinha sido o modo escolhido para gerir as águas, o lixo e o saneamento e que em 2025 iria terminar o acordo em vigor, podendo posteriormente ser decidido fazer diferente. -----

--- **A Deputada Municipal Sónia Tomás** questionou a Presidente da Câmara Municipal referindo que em janeiro de 2020 tinha sido adjudicada à empresa Joaquim Sequeira Vieira - Urbanizações e Construções, Unipessoal, Lda., a empreitada para remodelação da iluminação na rotunda de acesso da EN270 à A22, pelo valor de quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e oitenta e oito cêntimos (44.453,88 €) com um prazo execução de obra de noventa (90) dias e em fevereiro de 2021 tinha sido suspensa. -----

--- Em reunião de Câmara realizada em 16 de novembro 2021, tinha sido questionado o porquê daquela situação, tendo a Presidente da Câmara Municipal esclarecido que a empresa Infraestruturas de Portugal, S.A., não tinha assinado o protocolo que habilitava o Município a realizar a empreitada, motivo pelo qual iriam officiar naquela data, novembro de 2021, a empresa concessionária para autorizar o município a realizar a empreitada. Face ao exposto e volvidos quase três (3) anos desde a adjudicação da obra e um ano depois de ter sido prestado o referido esclarecimento, questionava o ponto de situação da referida empreitada. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que efetivamente tinha sido efetuada a adjudicação e inicialmente tinha sido presente à reunião de câmara um protocolo aprovado e assinado pela Câmara Municipal, num acordo tripartido com as empresas Infraestruturas de Portugal, S.A., e Rotas do Algarve Litoral, S.A., em que todos tinham concordado realizar a empreitada, a Câmara Municipal diligenciou com vista à sua concretização, sendo que o citado

protocolo nunca tinha sido assinado na sua versão final, nem pela Infraestruturas de Portugal, S.A., nem pela Rotas do Algarve Litoral, S.A., -----

--- Posteriormente tinham sido oficiados e efetuados diversos contactos, junto do representante da IP no Algarve, a nível do gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas de então e também do atual e todos transmitiram que não assinavam o protocolo. -----

--- Entretanto tinha havido da parte da empresa Rotas do Algarve Litoral, S.A um esclarecimento, através da Junta de Freguesia de Tavira, que obteve contato com um engenheiro da empresa, o Município tinha tentado novamente resolver, inicialmente tinham recusado e posteriormente deram uma abertura. -----

--- Tinham voltado a contactar o empreiteiro, porque a empreitada estava suspensa, como anteriormente tinha sido referido, o qual sublinhou que à data já não realizava os trabalhos pelo valor adjudicado, pelo que a empreitada tinha sido encerrada para se lançar uma nova, acrescentando o facto de o empreiteiro ter comprado os materiais e o município ter que os pagar. Entretanto os trabalhos nunca foram feitos porque nunca foi assinado o protocolo e efetivamente a Câmara Municipal não tinha competências naquela área de jurisdição. -----

--- Esclareceu ainda que existiam da parte da Câmara Municipal trocas de emails e de outras comunicações, referindo que na eventualidade de acontecer um problema, porque realmente não existia uma iluminação, ou havendo alguma perda de vida humana, o que seria de lamentar, não seria da responsabilidade da Câmara Municipal mas sim da Infraestruturas de Portugal, S.A., ou das Rotas do Algarve Litoral, S.A. Clarificou ainda que do último contacto efetuado junto do Gabinete do Secretário de Estado, tinha reafirmado que era difícil compreender como é que uma Câmara Municipal querendo assumir a função de uma concessionária, a qual deveria ter responsabilidade, ainda assim não assinavam o protocolo. Considerava que o facto de ser uma área em litígio, ninguém queria avançar, uma vez que isso podia interferir na decisão do Tribunal e nenhuma entidade tinha conseguido apresentar uma explicação plausível. Referiu ainda que efetivamente o Município não tinha qualquer documento assinado, a empreitada iria ser encerrada e apenas lançariam uma nova quando tivessem um documento que os habilitasse a lançar uma nova empreitada, referindo ainda que os materiais que tinham em armazém estariam descontinuados a curto prazo. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar início à Ordem do Dia, com a apreciação da informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e informou o público que estavam encerradas as inscrições para poder usar da palavra.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** começou por destacar as exposições que tinham estado patentes nomeadamente, no Núcleo Islâmico, com várias fotografias de Karstie Stige, conhecida por ter publicado um livro sobre o Mercado da Ribeira, que após o seu falecimento



o Município tinha ficado com o seu espólio, e também a exposição patente no Palácio da Galeria, “A Natureza Detesta Linhas Rectas” de Gabriela Albergaria. -----

--- Na parte cultural destacou a música nas igrejas, várias visitas organizadas com o historiador Marco Sousa Santos, “Tavira e a 1.ª República”, na biblioteca municipal o Ciclo “Artes & Letras” e o Encontro com autores. Destacou a Festa dos Anos de Álvaro de Campos, referindo que a mesma ia ganhando posição no calendário cultural de Tavira, o Outono na Aldeia realizado na Casa do Povo Santo Estêvão, o Jazz no Clube de Tavira e o Colóquio interdisciplinar sobre os provérbios onde participavam imensos países e que fazia de Tavira a capital do provérbio. -----

--- Referiu ainda a realização dos Concertos de Orquestra Clássica do Sul, o XV Festival de Órgão do Algarve, relacionado com os órgãos existentes nas igrejas e a sua sonoridade muito particular, o Festival Corpo de Hoje e destacou o programa Poemus – Poesia e Música, da Associação Casa Álvaro de Campos.-----

--- No desporto tinha sido retomado o programa de promoção da atividade física, o Tavira Granfondo, uma parceria entre três clubes da cidade o Centro Cultural Desportivo e União de Ciclismo Tavirense, o Bike Team e o Núcleo de Cicloturismo de Tavira, a Taça Nacional de Karaté, a Semana da Diabetes, a Taça de Portugal de kickboxing, a corrida de São Silvestre realizada em Santa Luzia, uma primeira edição do Rally de Tavira, o mês Sénior e a Feira de São Francisco, realizada em outubro com uma nova imagem e outras iniciativas organizadas pelo Centro de Ciência Viva, como a noite astronómica, sábados com ciência e observação de aves.

--- Referiu ainda as atividades realizadas pelas juntas de freguesia e pelas associações culturais e recreativas, como a Sociedade Recreativa e Musical Luzense, a ASTA – Associação de Artes e Sabores de Artesanato, destacando o dia de São Martinho e deixando um agradecimento à sua presidente, por terem levado castanhas a todos, especialmente aos meninos do primeiro ciclo e do pré-escolar, mencionando ainda algumas festas e procissões.-----

--- Referenciou a programação de Natal, em articulação com a Associação Baixa de Tavira, com a chegada do Pai Natal, as feirinhas de artesanato e também a casinha do Pai Natal.-----

--- Convidou todos a comemorar a passagem de ano na Praça da República, com uma banda da terra a iniciar a noite, a Rita Fox Band, os HMB e a fechar o DJ Di Angello e ainda com o habitual fogo-de-artifício.-----

---Detalhou ainda as obras que se encontravam em procedimento de contratação, em curso e as concluídas, nomeadamente uma intervenção em Santa Margarida, na Rua de Santa Margarida e no Beco Ruy Maria Palermo Ferreira, para criação de passeios e resolução de um problema de pluviais e de drenagem, relativamente ao Centro de Meios Aéreos de Cachopo referiu que já tinha sido rececionado o Visto do Tribunal de Contas e que já tinha sido publicado no Diário da República a suspensão dos Planos, reunindo condições para a emissão



de declaração do reconhecimento de interesse público, o Miradouro em Alcaria de Cume, a substituição do Relvado Sintético do Campo do Ginásio Clube de Tavira, a alteração dos balneários de apoio ao pavilhão gimnodesportivo da Escola D. Manuel, a requalificação das Frentes Ribeirinhas - Rua do cais, a intervenção no Lago do Jardim no Coreto, a instalação de balneários públicos na Ilha Tavira e a reconstrução de muro na Rua da Atalaia Pequena.-----

--- Ainda em procedimento destacou a requalificação da zona envolvente ao polidesportivo da Conceição, um processo proveniente do orçamento participativo e ainda alguns estudos geotécnicos e geológicos em vários sítios de Tavira, nomeadamente o muro do Fojo e o complexo desportivo que a Câmara Municipal pretendia vir a construir no Loteamento existente atrás do Tavira Gran Plaza. -----

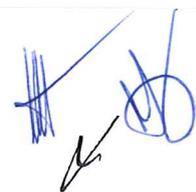
--- Relativamente às obras em curso, referiu as obras de conservação na EB1 D. Manuel I, o fornecimento e colocação das placas toponímicas no concelho de Tavira, as obras de conservação na Habitação Social, que se encontravam praticamente a finalizar, a obra de conservação e restauro do património integrado e móvel da Igreja de Santa Maria do Castelo e a empreitada de requalificação da Rua Capitão Jorge Ribeiro, em Cabanas de Tavira. -----

--- **A Deputada Municipal Margarida Baioa** cumprimentou todos, repetindo as boas festas e complementando com um cumprimento a todos os que acompanhavam pela via digital, questionando a Presidente da Câmara Municipal de quem era a responsabilidade pela realização das obras de conservação na EB1 D. Manuel I.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que as pequenas reparações eram responsabilidade das juntas de freguesia, de acordo com os contratos de delegação de competências, e as grandes intervenções eram entendidas como competência da Câmara Municipal.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que iria dar-se início à **Ordem do Dia**, apresentando o ponto número um, referente à **PROPOSTA N. 9334/2022/CM - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE SANTA LUZIA PARA REPARAÇÃO/CONSERVAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO;**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o apoio estava relacionado com as duas escolas primárias, uma que estava em funcionamento, a escola primária número dois e a número um, onde estavam instaladas as sedes de alguns clubes. A Presidente da Junta de Freguesia tinha remetido o pedido de apoio, o qual tinha sido analisado em conjunto com a Comissão responsável pelo acompanhamento das delegações de competências, sendo o mesmo entendido como pequenas reparações, considerando ainda que o valor que a Câmara Municipal atribuía à Junta de Freguesia de Santa Luzia não permitiria pintar uma escola num ano, quanto mais as duas. -----



--- Esclareceu ainda que o apoio era relativo a reparações de interiores, torneiras, telhas, e que a Presidente da Junta de Freguesia tinha manifestado disponibilidade em efetuar as diligências necessárias à concretização daqueles trabalhos sendo que a Câmara nada tinha a opor, uma vez que desta forma seria mais célere do que aguardar o lançamento de uma empreitada.-----

--- **A Deputada Municipal Margarida Baioa** questionou a Presidente da Câmara Municipal sobre a razão pela qual tinha sido a Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia a propor e a solicitar a intervenção, se a mesma era competência da Câmara Municipal e se era a Câmara que estava a realizar obras na D. Manuel I Tavira porque é que ia haver a atribuição de um subsídio quando seria legalmente obra da Câmara. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que como tinha explicado anteriormente, tinha sido referido pela Presidente da Junta que tinha capacidade para o fazer e após devidamente apreciado pela Divisão de Projetos Energia e Obras Municipais, tinha sido decidido conceder o apoio para o efeito, como já tinha ocorrido em situações similares. -----

--- **A Deputada Municipal Margarida Baioa** contrapôs alegando que a questão se prendia com o facto, não de ter sido feito outras vezes, mas que legalmente a Junta de Freguesia não poderia propor uma obra daquelas, nem podia ser feita através de uma atribuição de apoio à Junta de Freguesia quando a competência era do âmbito da Câmara. Disse ainda que no processo apenas existia apenas uma proposta, apesar de referir várias e questionando novamente se a Junta de Freguesia iria adjudicar o serviço porque não seria a câmara a fazê-lo em vez de atribuir o apoio. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que sendo a Câmara Municipal a realizar a obra, seria numa fase posterior por uma questão de prioridades, a Junta de Freguesia conseguia fazer mais rapidamente e ainda porque o objetivo não era servir nem a Câmara nem a Junta mas sim quem utilizava as escolas, os alunos e as associações. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º334/2022/CM – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE SANTA LUZIA PARA REPARAÇÃO/CONSERVAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO, que foi aprovada por maioria com vinte e seis (26) votos a favor dos deputados municipais José Manuel Guerreiro, Maria Margarida Flores, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Ana Cristina Palmeira, Nuno Mateus, Maria Manuela Romão, José Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Natércia Joaquim, Jorge Corvo, Silvino Oliveira, Liliana Fernandes, Ana Rita Pacheco, João Correia, Sónia Tomás, Artur Gomes, Jorge Cruz, Rafael Dias, Gonçalo Santos e uma (1) abstenção da deputada municipal Ana Baioa. -----**



-- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois referente à PROPOSTA N.º 364/ 2022/CM - RELATÓRIO FINAL E PROJETO DE PARTILHA DA SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA, S.A.;-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que não tinha muito a acrescentar ao relatório, previamente consultado por todos, referindo que a Sociedade Polis tinha sido constituída com uma determinada duração prevista, e após realizar algumas das obras previstas, não todas, tinha entrado num processo de liquidação. Assim, pretendia-se finalizar o processo, passando para o Município o imobilizado referente às obras realizadas, uma vez que já tinham os protocolos de gestão, nomeadamente a obra de Quatro Águas, Ilha de Tavira, Requalificação de Santa Luzia e Marginal de Cabanas, integrando o património da Câmara, sendo esta matéria competência da Assembleia Municipal. -----

--- Deixou um esclarecimento a uma questão colocada em reunião de Câmara, mencionou que todos os processos da Sociedade Polis tinham transitado para a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., bem como os funcionários, podendo ser consultado qualquer documento, embora na Câmara Municipal também existissem cópia dos mesmos.-----

--- O Deputado Municipal José Graça disse que relativamente ao processo em causa gostaria de deixar duas notas e um desafio ao Município e a todos os munícipes. A Sociedade Polis podia ser considerada um exemplo de boas práticas de intervenção pública no espaço público, num espaço muito sensível como era a Ria Formosa. Conforme referido pela Presidente da Câmara Municipal quando a POLIS foi apresentada tinha um programa bastante ambicioso do qual grande parte tinha ficado por cumprir, assim deixou o desafio para que em conjunto, conseguissem levar por diante os projetos localizados no território do Município de Tavira e que não deixassem e não descurassem a preservação e a valorização de todo o património que agora o Município ia aceitar e que certamente iria contribuir muito para a melhoria da qualidade de vida no concelho de Tavira.-----

--- O Deputado Municipal Jorge Corvo questionou relativamente ao processo em causa se já tinha sido entregue a obra da Estrada das Quatro Águas.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que julgava ter sido entregue após a última intervenção no muro, no entanto tinha uma garantia de cinco (5) anos, era uma receção provisória.-----

-- O Deputado Municipal Jorge Corvo referiu que ainda faltavam realizar algumas obras.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal referiu-se à intervenção do Deputado Municipal José Graça mencionando que a Sociedade Polis tinha sido criada com um objetivo que provavelmente atualmente não se justificava, no entanto justificava-se continuar a ter uma equipa de técnicos e de especialistas para as intervenções na Ria Formosa, um património



natural valiosíssimo no município reforçando a importância de ter aquela equipa de especialistas, uma vez que se tinham idealizado vários projetos, alguns tinham-se realizado, outros não passaram de projetos para intervir naquelas áreas. No relatório não estavam elencadas todas as obras, no entanto tinham-se realizado dragagens, assoreamentos, entre outras, obras igualmente importantes, justificando a continuidade daquela equipa. O Estado Português era o maior acionista, tinha decidido daquela forma e esperava que os técnicos continuassem a fazer um bom trabalho na APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.,-----

--- Referiu também que o município ia continuar a proteger a Ria Formosa, mencionando ainda estava prevista uma empreitada de reabilitação para o passadiço de Cabanas quase a rondar um milhão de euros (1.000.000,00€).-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N. 364/2022/CM – RELATÓRIO FINAL E PROJETO DE PARTILHA DA SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA, S.A., que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número três referente à PROPOSTA N.º 365/ 2022/CM - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FREGUESIA DE SANTA LUZIA - VILA NATAL 2022;**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que apoiavam vários eventos nas freguesias, nomeadamente no verão, particularmente os que fossem diferenciadores e inovadores. Santa Luzia tinha proposto há uns anos atrás o evento, Vila Natal, numa altura em que a Câmara tinha uma programação de Natal bastante menor do que naquele momento, pedindo apoio para a sua realização devido a constrangimentos financeiros. A Câmara Municipal tinha vindo a apoiar o valor de dez mil euros (€10.000,00) todavia naquele ano era um pouco mais elevado dado que todos os eventos estavam mais caros justificando o aumento de valor.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que a bancada do PSD concordava com a atribuição de apoios às freguesias e às associações, reforçando a necessidade de criação de um Regulamento Municipal para atribuição de apoios, não só às Juntas de Freguesia mas também às associações, de forma a haver uma maior transparência e equidade na atribuição dos mesmos, embora concordassem com os apoios solicitados à Câmara Municipal e ao executivo, pelo que iam votar a favor da proposta até porque era um evento que vinha sendo realizado há alguns anos, que os santaluzienses gostavam e era para continuar.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que estava em revisão o RMAAD e os apoios sociais e culturais, que esperava ser uma realidade no ano seguinte, a ser aprovado pela Assembleia Municipal para poder ser aplicado.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º365/2022/CM – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FREGUESIA DE SANTA LUZIA - VILA NATAL 2022, que foi aprovada por**



unanimidade e apresentada uma declaração de voto pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, que se anexa a esta como documento número oito. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro referente à Proposta n.º 373/ 2022/CM - 2.ª REVISÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS; -----

--- A Presidente da Câmara Municipal esclareceu que era a segunda revisão ao Plano, o qual tinha tido em 2010 a primeira edição e posteriormente uma 1.ª revisão em 2020, na sequência da entrada em vigor, em 2021, do Decreto-Lei que criava o Mecanismo Nacional de Anticorrupção e que estabelecia o regime geral de prevenção da corrupção. Disse também que tinham havido entretanto várias recomendações do Conselho de Prevenção e Corrupção que quiseram integrar no Plano, o qual tinha sido adaptado aos processos do município de acordo com a gestão da qualidade, usando uma matriz de risco que contemplava e identificava situações em que podia haver risco de corrupção, algum tipo de fraude e identificava e elencava também um conjunto de medidas que propunham que fossem executadas e monitorizadas para aferir se efetivamente tinham sido ou não implementadas. O Plano era uma competência da Assembleia Municipal e basicamente era a atualização do existente e a adaptação à nova realidade e à nova legislação.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N. 373/ 2022/CM - 2.ª REVISÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número cinco referente à PROPOSTA N. 377/ 2022/CM - CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO, EM REGIME DE COMODATO, À FREGUESIA DE TAVIRA, DESTINADA À INSTALAÇÃO DE UM PARQUE CANINO;

--- A Presidente da Câmara Municipal esclareceu que havia alguns meses atrás o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira tinha feito chegar um pedido de possibilidade de disponibilização de um terreno onde queria construir ou instalar um parque canino. Consultado o património Municipal sobre a existência de terrenos, foram remetidas algumas sugestões, que após análise pelo Presidente de Junta, mostrou interesse no terreno em causa.

-- Um terreno com alguma dimensão, com cerca de quinhentos metros quadrados (500 m²) localizado na urbanização Horta do Roxo, junto ao Centro de Saúde, uma zona nobre em crescimento e que merecia um parque canino com dignidade, um espaço que pudesse ser utilizado por todos os residentes.-----

-- Após concordância do Presidente de Junta e consultados os serviços administrativos da Câmara Municipal para aferir a forma como efetuar a cedência do terreno, realizado através de um contrato de comodato, cuja competência é da Assembleia Municipal, a proposta era a

cedência para a construção do citado equipamento uma mais-valia para os animais, principalmente daquela zona. -----

--- **O Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus** reforçou que embora já existisse outro parque canino, também construído pela Junta de Freguesia, no campo dos mercados, o parque que queriam agora construir teria outro impacto visual, até porque o enquadramento era outro, numa urbanização onde o espaço também era maior, conferindo mais dignidade do que o outro, o qual ainda podia ser considerado como provisório. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 377/ 2022/CM - CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO, EM REGIME DE COMODATO, À FREGUESIA DE TAVIRA, DESTINADA À INSTALAÇÃO DE UM PARQUE CANINO, que foi aprovada por unanimidade. -----**

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número seis referente à PROPOSTA N.º 379/ 2022/CM - Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) - Ano 2023. --**

--- **A Presidente da Câmara Municipal** explicou que a Taxa Municipal de direitos de passagem, constante nas faturas de todos, que tinha havido uma legislação em 2009 que propunha que a forma de cobrança da taxa fosse alterada, no entanto até à data nunca tinha sido regulamentada, continuava na mesma, assim a proposta era uma taxa de zero vírgula vinte e cinco por cento (0,25%), o habitual de todos os anos, como era do conhecimento de todos. -----

--- O Deputado Municipal José Graça ausentou-se da sala. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 379/ 2022/CM - TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) - ANO 2023, que foi aprovada por unanimidade. -----**

--- O Deputado Municipal José Graça regressou à sala. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número sete referente à PROPOSTA N.º 380/ 2022/CM - DERRAMA A INCIDIR SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2022. -**

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que nos últimos anos e porque muitos dos presentes já tinham estado na Assembleia Municipal, o executivo anterior e o executivo atual, tinham proposto que a Derrama continuasse nos 0%. Disse que tinham deixado de aplicar derrama há uns anos atrás com vista a tentar de algum modo poder dar alguma dinâmica e alguma atratividade para a fixação de empresas no concelho, assim a proposta atual era que se mantivesse no zero, no entanto realçou que apesar de há vários anos a derrama estar afixada em zero, iria ponderar começar a cobrá-la em 2023. -----

--- Referiu ainda que para tal precisavam eventualmente de construir um regulamento ou apenas de a aplicar a partir dos lucros superiores a cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) no entanto em 2022 e porque ainda não tinham percebido muito bem as consequências da crise que se refletia nos preços, por outro lado também, porque considerava que alguns já



estavam a ganhar demais aproveitando-se da crise e da inflação, iriam tomar a atitude um pouco mais conservadora de manter nos 0% mas com a intenção de começar a fixar a derrama e em contrapartida ir aliviando a comparticipação no IRS.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que relativamente à questão da derrama, já tinha sido debatida no ano anterior a criação do regulamento e concordava que saísse do papel o mais rapidamente possível e que fosse presente à Assembleia Municipal para que e conjunto pudessem trabalhar na resolução de um problema que se vinha arrastando há alguns anos, a não cobrança de derrama. Era uma taxa aplicada às pessoas que tinham lucros tributáveis acima dos cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) e considerava que devia ser cobrada nalguns setores e que no regulamento estivessem vertidas algumas contrapartidas sociais das empresas que tinham mais lucros, que pudessem participar a nível social para o município, considerava ser uma mais-valia apostar em sobrecarregar as empresas e em baixar a parte social e que no próximo ano não estivessem novamente a falar sobre a criação do regulamento, que o mesmo fosse uma realidade e não uma promessa que já vinha de alguns anos e que nada tinha sido feito. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 380/ 2022/CM - DERRAMA A INCIDIR SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2022, que foi aprovada por unanimidade.** -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número oito referente à PROPOSTA N.º 381/ 2022/CM – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a participação máxima variável de IRS que os municípios podiam ter era de cinco por cento (5%), o município em 2021 tinha baixado para três e meio (3,5%) e em 2022 tinha mantido, com intenção de baixar para dois e meio (2,5%). Este reflexo só se iria fazer sentir mais tarde, no entanto significava dinheiro que se mantinha no bolso das famílias, a Câmara prescindia dessa contribuição, sendo intenção continuar a baixar sobretudo se pudessem compensar com a fixação de derrama nas empresas. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que queria congratular a proposta apresentada, a qual denotava que poderia ter sido aprovada no ano anterior quando a bancada do PSD tinha debatido que a percentagem passasse dos três e meio (3,5%) para os dois e meio por cento (2.5%). Referiu ainda que o PSD não estava contra mas podiam ter aprovado aquela percentagem no ano anterior e congratulavam-se por finalmente terem sido ouvidas as suas recomendações.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que ouviam sempre e não os enganavam. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 381/ 2022/CM – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número nove referente à PROPOSTA N.º 382/ 2022/CM – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI).-----

--- A Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a proposta mais uma vez era a redução do IMI, que tinham começado há uns cinco ou seis anos atrás a baixar progressivamente. Relembrou que a taxa máxima atual era 0.5%, que a Câmara Municipal nunca a tinha aplicado, aplicando 0.4% durante muitos anos, no entanto à medida que a situação financeira do município foi melhorando vieram a prescindir de valores de IMI. Disse que a proposta mais uma vez era a diminuição, passando dos zero virgula trinta e quatro por cento (0.34%) para zero virgula trinta e três por cento (0.33%), com intenção de chegar aos 0.3%, o mínimo e o ideal seria até prescindirem do IMI.-----

--- O propósito era tentarem chegar ao imposto mínimo e continuarem a baixar progressivamente todos os anos, dinheiro que tinha reflexo imediato no bolso das famílias, acrescentou ainda que iam continuar a aplicar o IMI familiar, nomeadamente com a redução de vinte euros (20,00€) para um dependente, de quarenta euros (40,00€) para dois e de setenta euros (70,00€) para 3 ou mais dependentes, majorar o centro histórico, os prédios degradados, os quais já não iam sendo assim tantos, reduzir a taxa para os prédios arrendados, e eram aquelas basicamente as propostas para continuar a diminuir o IMI. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 382/ 2022/CM – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), que foi aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dez referente à PROPOSTA N.º 383/2022/CM – ORÇAMENTO MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2023. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal deixou algumas notas relativamente ao Orçamento Municipal, referindo a dificuldade em elaborar o orçamento sem integração do saldo gerência e utilizando como recurso, o orçamento não definido. -----

--- Disse que o orçamento de 2023 do Município de Tavira ia ascender aos trinta e oito milhões e quinhentos mil euros (38.500.000,00€), apresentando um valor superior ao do ano transato em cerca cinco milhões e quatrocentos mil euros (5.400.000,00€), devendo-se o aumento na receita sobretudo pela receção das novas competências, nomeadamente os valores para os salários e para as pequenas despesas de manutenção e também porque o IMT nos últimos dois (2) anos tinha tido um crescimento significativo, resultando num aumento no cálculo da média dos últimos dois anos, sendo a forma como se fazia o orçamento. -----

--- Disse que com os 38 milhões tinham dotado os procedimentos em concurso, alguns valores para subsídios, para apoios com uma parte definida e outra não definida, da cultura, do desporto e sociais. Perspetivava-se que o saldo de gerência seria mais ou menos de vinte e um milhões de euros (21.000.000,00€) sem certeza dos valores, considerando que tinham 100% de execução do Centro de Meios Aéreos de Cachopo, onde estavam previstos dois milhões e meio de euros (2.500.000,00€), e se pelas vicissitudes que todos conheciam, não tinham sido gastos e tinham ficado comprometidos resultando num aumento do saldo de gerência, que posteriormente viria na primeira revisão em fevereiro. Para além dos eventos todos que pretendiam continuar a fazer tinham definido o orçamento em cinco objetivos, baseados no programa eleitoral que tinha sido sufragado, nomeadamente valorizar as pessoas e as famílias, valorizar identidade cultural, valorizar a economia, ter um Município mais sustentável e ter um Município mais seguro e instituições modernas e cidadania ativa. No objetivo das pessoas pretendiam continuar a ajudar os mais necessitados, durante a pandemia tinham desenvolvido vários apoios sociais aos mais carenciados, pretendiam mantê-los, o apoio ao medicamento, à alimentação, quer com senhas, quer com refeições quentes, o apoio ao arrendamento e em caso de necessidade poder vira a aumentar os apoios previstos. -----

--- Queriam também, como anteriormente referido fazer o alargamento dos livros de fichas ao segundo ciclo e às refeições escolares, continuando a entregar as bolsas de estudo. -----

--- Em termos de obras e brevemente a ser lançada, e sempre com o objetivo de continuar a reabilitar as Escolas do Primeiro Ciclo iriam avançar com a Empreitada de Reabilitação da Escola de Santa Catarina, continuar a reabilitar os Bairros Sociais, nomeadamente Santa Luzia, Cabanas, Quinta das Salinas e Porta Nova, lançar empreitadas de habitação social e esperava também poder concretizar a compra do loteamento que estava em processo de insolvência. Na área do desporto, era vontade do município avançar com a construção do estádio municipal, embora ainda numa fase embrionária, mas queriam muito avançar com o projeto, estando a aguardar o resultado do estudo geológico do espaço. Avançar também, talvez em 2023, com a requalificação do polidesportivo de Santa Luzia nomeadamente fechá-lo e incluir pistas de atletismo, também estava a concurso o projeto para a reabilitação do Pavilhão da Luz de Tavira e também o projeto para o Centro de Saúde de Cabanas contemplando uma reabilitação e uma melhoria das condições. Contavam também realizar o lançamento do projeto para o Centro de Saúde de Tavira e trabalhar para um novo projeto de reabilitação da Escola Secundária de Tavira, embora um pouco mais incipiente e com muito pouca maturidade, mas considerava importante trabalhar para que pudesse acontecer rapidamente.

--- Quanto ao objetivo dois queriam continuar a valorizar o património material e imaterial, nomeadamente com a Dieta Mediterrânica, referindo um grande problema relacionado com o



edificado religioso, sendo que uma parte não era propriedade nem competência da Câmara Municipal, mas sim das Paróquias ou das Irmandades, referindo que recentemente tinham recebido vários pedidos para intervir na reabilitação do edificado, atualmente tinham um pedido para a igreja de Santo Estêvão e outro para a igreja da Luz de Tavira, este último um processo mais complicado porque era um imóvel de interesse nacional, necessitando de um diagnóstico elaborado por uma equipa da especialidade e estavam a trabalhar com a paróquia e com a Direção Regional da Cultura. Referiu ainda a igreja de Cabanas para a qual estavam a desenvolver o projeto junto da Divisão de Projetos Equipamentos e Obras Municipais e ainda a igreja de São Francisco, uma grande preocupação dado que tinha patologias muito complicadas e não sendo propriedade do município era difícil o apoio de milhões para ajudar a Irmandade, referindo também os arranjos necessários na igreja do Alto de São Brás e Ermidas do Calvário e de S. Pedro, tentando sempre que possível articular com as paróquias algumas candidaturas de forma a poder concretizar as intervenções, ressaltando que a Câmara apenas tinha competência na Igreja de Cabanas.-----

--- Referindo-se ao objetivo quatro, disse que a sustentabilidade e a questão da água merecia particular atenção, tinha chovido e a barragem estava com os níveis um pouco mais elevados, no entanto não podiam esquecer do trabalho a fazer, aguardavam que após a instalação do sistema de telemetria nos espaços verdes diminuísse bastante o consumo da água, estavam a trabalhar também numa candidatura para o aproveitamento das águas das piscinas para limpeza de ruas, contentores, etc. e também a possibilidade de equacionar algumas reabilitações de espaços verdes com espécies mais resilientes, a Taviraverde, E.M., também tinha aprovada uma empreitada para substituição de algumas condutas e diminuir ainda mais as perdas em baixa, referindo que iriam continuar a trabalhar a nível regional para soluções maiores como a dessalinizadora ou eventualmente na Foupana, a construção de uma barragem seria difícil, mas eventualmente um açude que tinha menos impacto ambiental. Pretendiam também continuar a reabilitar alguns espaços públicos destacando a Rua do Cais, que se encontrava em procedimento, a Rua de São Pedro e Santo Estevão, tentando arranjar alguns passeios e continuar a pavimentar vários caminhos nas freguesias, referindo ainda o elevador nos Paços do Concelho.-----

--- Destacou o desenvolvimento do Plano Municipal para a Ação Climática, pois embora existisse o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) promovido pela CI-AMAL queriam adaptá-lo ao concelho, sendo uma pretensão de algum tempo, referiu a construção do Centro de Meios Aéreos de Cachopo, e disse que gostaria muito de conseguir um terreno para desenvolver o projeto do novo quartel dos bombeiros, realçando que não estava a ser muito fácil, tinham a proposta de um terreno, que se encontrava em reserva



agrícola e após várias reuniões com as entidades competentes a Entidade Regional da Reserva Agrícola do Algarve e com a DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, o parecer continuava a ser negativo para desafetarem um terreno da RAN para construir um quartel, com o novo PDM existiam diversos condicionalismos de várias entidades. Referiu ainda que existiam mais situações previstas no orçamento e que tinha realçado as que lhe mereceriam mais destaque.-----

--- Mencionou o mapa de pessoal, o qual previa bastantes mais funcionários, atualmente eram cerca de seiscentos e cinquenta (650) funcionários, com muitas situações de trabalhadores a aposentarem-se nos próximos anos e também muita carência em termos técnicos, por várias razões, como o SIADAP, os congelamentos na carreira, as progressões serem de dez (10) em dez (10) anos, estas condicionantes levaram com que as pessoas se aproximassem cada vez mais da sua área de residência e como muitos eram de outros concelhos, foram pedindo mobilidade o que era compreensível dadas as razões enumeradas, levando o município a ter que dotar essa capacidade técnica que foi perdendo, levando ainda a situações como fazer uma pequena empreitada de pintura, demorasse mais tempo do que o normal. -----

--- Realçou ainda que tinham como propósito realizar tudo o anteriormente referido, no entanto existiam cada vez mais empreitadas que ficavam desertas, como exemplo a Rua do Cais que tinha ficado deserta duas vezes, eram intenções e a sua concretização dependia de múltiplos de fatores, no entanto esperavam poder concretizar pelo menos noventa e cinco por cento (95%) do previsto, embora a meta fosse os cem por cento (100%) havendo sempre coisas que podiam não conseguir. Referiu ainda que também estavam previstos operacionais nomeadamente motoristas, pessoal para os armazéns municipais e mecânicos, sendo que era um mapa de pessoal com necessidades transversais a todas as áreas. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que tinham algumas observações, as quais iam anexas à proposta com uma declaração de voto, reconheciam o esforço feito na apresentação do documento com a incorporação de algumas sugestões feitas em 2021, o qual integrava já os valores estimados do saldo de gerência na coluna de financiamento não definido permitindo desde já uma aproximação ao documento final, o desdobrar das Grandes Opções do Plano e a apresentação do Plano Plurianual de Investimentos separado, permitia uma leitura mais rápida e efetiva dos investimentos municipais, referindo que seria igualmente útil que no orçamento apresentado constassem os dados comparativos relativamente ao documento do ano anterior para se verificar a evolução das despesas e das receitas, em todo o documento existia apenas um único quadro comparativo com base nos cinco objetivos estratégicos apresentados. Faltava também indicação dos pressupostos seguidos na elaboração do orçamento assim com uma identificação das responsabilidades contingentes, os



processos a decorrer em tribunal deviam ser elencados não só para conhecimento mas também porque poderiam ter reflexo orçamental, as receitas consignadas resultantes da transferência de competências do Estado Central deveriam integrar uma estrutura que permitisse de forma clara e imediata aferir os montantes afetos a todo o processo e para cada uma das áreas descentralizadas. Disse ainda que o documento integrava as receitas consignadas de forma desequilibrada, incluindo cerca de três milhões de euros (3.000.000,00€) na parte de receita e somente de cerca de quinhentos mil euros (500.000,00€) de despesas. ---

--- Outro ponto também bastante importante era que no financiamento não definido indicava cerca de vinte e dois milhões de euros (22.000.000,00€) mas somente cerca de onze milhões de euros (11.000.000,00€) estavam incluídos no plano plurianual de investimentos, questionando se os restantes onze milhões de euros (11.000.000,00€) eram para despesas correntes, o que demonstrava o desequilíbrio financeiro do documento. Alertou também para o facto de que as despesas correntes de funcionamento deviam estar cobertas cabalmente pelo orçamento original e nunca considerando o saldo de gerência, as despesas com pessoal representavam um aumento de vinte e três e meio por cento (23,5%) em relação a 2021 e configuravam cinquenta por cento (50%) das despesas correntes, acrescendo também aquele cenário mais cento e quarenta e seis (146) trabalhadores que o município previa integrar em 2023, urgia também mais investimento sobretudo na habitação não estava previsto nenhum recurso a crédito numa gestão responsável moderna e flexível, permanecendo a opção política de que a atual geração pagava tudo a pronto sem diferimento para gerações futuras, consideravam também fundamental que estivesse refletido no orçamento alguns investimentos que se apresentavam como estruturantes o caso por exemplo da resolução da EMPET, a criação também de um gabinete de apoio ao investimento sobretudo também para apoio à criação de emprego, a implementação de medidas de gestão eficiente da água, alguma forma também de tornar como prioridade a existência de um Parque Urbano Verde, um pulmão na cidade, prever estudos para a implementação de um novo quartel de bombeiros, o que consideravam estruturante, assim face aos pontos indicados não podiam concordar com a proposta de orçamento apresentado e pelo que juntavam uma declaração de voto contra a proposta.-----

--- **O Presidente da União de Freguesias de Tavira, José Mateus** disse que a Presidente da Câmara Municipal tinha referido uma panóplia de igrejas que mereciam ser melhoradas e requalificadas e referiu que queria juntar mais duas que eram uma preocupação na freguesia, a igreja de Santa Margarida que havia muitos anos que se encontrava degradada e a igreja da Nossa Senhora da Saúde, a qual se não tivesse atempadamente qualquer intervenção estaria

em risco de ruir, referindo ainda que qualquer uma delas não eram responsabilidade do município, mas sim da Diocese. -----

--- **O Presidente da Freguesia de Cachopo, Rafael Dias** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa, todo o executivo, os colegas deputados, os habitantes do concelho e a todos os que assistiam, e solicitou à Presidente da Câmara Municipal para que explicasse aos habitantes do concelho, no quadro das receitas, as rubricas constantes no quadro referente à classificação 05 Rendimentos da propriedade, mais precisamente nas rubricas 05 10 9906 e 0510 9903.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a rubrica 05 10 9903 se referia à concessão com a EDP, um contrato existente há imensos anos que tinha sido prorrogado, eram cerca de dois milhões de euros (2.000.000,00€) anuais, e a rubrica 05 10 9906 referia-se ao Parque Eólico do Malhanito, cerca de trezentos e sessenta mil euros (360.000,00€), referindo ainda que dois milhões e trezentos mil euros (2.300.000,00€) investidos no Centro de Meios Aéreos de Cachopo precisavam de uns quantos anos para ter essa recuperação da receita, acrescentando ainda mais setecentos mil euros (700.000,00€) em estradas, o que revelava um investimento elevado em Cachopo.-----

--- **O Presidente da Freguesia de Cachopo, Rafael Dias** disse que não se estava a referir a investimentos realizados em Cachopo, mas sim de rendimentos de propriedade, rendimentos já com alguns anos. Quanto ao Centro de Meios Aéreos de Cachopo, disse que o mesmo era participado e que os habitantes de Cachopo sempre tinham colaborado na sua resolução, referindo que apenas tinha pedido a explicação para que as pessoas percebessem a origem das citadas rubricas.-----

--- Questionou ainda se havia alguma previsão de revisão dos acordos de delegação de competências. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que na sequência dos atrasos levantados em Assembleia, ao Centro de Meios Aéreos de Cachopo, estavam a tentar ajustar a comparticipação dos fundos. -----

--- Quanto aos acordos de delegação de competências, clarificou que os mesmos tinham sido revistos em 2021, pelo que não estava previsto a sua revisão para breve, estavam a avaliar, possivelmente em fevereiro, rever os contratos interadministrativos, uma vez que alguns presidentes de junta tinham feito chegar a vontade de ficarem com algumas competências da Câmara Municipal em algumas áreas. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que, relativamente ao Centro de Meios Aéreos de Cachopo, não houve falta de vontade, mas sim o facto de se cometer uma ilegalidade, referindo que a bancada do PSD não tinha falta de vontade, estavam na

Assembleia para fiscalizar a ação do município e se cometessem ilegalidade estavam ali para fiscalizar e que a Presidente da Câmara Municipal sabia perfeitamente que o Centro de Meios Aéreos de Cachopo não cumpria o Plano de Pormenor de Cachopo ao que a Presidente respondeu que não tinha referido vontade, mas sim problemas. -----

--- **O Presidente da Freguesia de Cachopo, Rafael Dias** referiu que problemas ultrapassados, que as vontades se tinham unido para que fosse possível ter um instrumento muito útil na proteção do concelho e de toda a zona sul do país, no entanto continuava com a mesma situação, tinham passado de uma pandemia, muito bem gerida pela Câmara, apresentando os seus louvores, no entanto estavam com um sério problema de inflação provocado por uma guerra, mais grave do que a situação vivida em 2021. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que era a sua opinião, talvez não fosse a dos outros Presidentes de Junta, quando todos tivessem a mesma opinião e não apenas um, poderiam avaliar a sua revisão, e que a última atualização tinha sido em alta, referindo ainda que o contrato interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia de Cachopo, referente aos transportes tinha que ser revisto. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** propôs que a votação fosse efetuada em separado, o mapa de pessoal e o Orçamento. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a **PROPOSTA N. 383/ 2022/CM – ORÇAMENTO MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2023**, dividida em dois pontos:--

--- **Ponto número um: Mapa de Pessoal para o ano 2023**, que foi aprovado por unanimidade.

--- **Ponto número dois: Orçamento Municipal para o ano 2023** que foi aprovada por maioria com quinze (15) votos a favor dos deputados municipais José Manuel Guerreiro, Maria Margarida Flores, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Ana Cristina Palmeira, Nuno Mateus, Maria Manuela Romão, José Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira, Carla Martins, onze (11) votos contra dos deputados municipais Natércia Joaquim, Jorge Corvo, Silvino Oliveira, Liliana Fernandes, Ana Rita Pacheco, João Correia, Sónia Tomás, Artur Gomes, Ana Baioa, Jorge Cruz e Gonçalo Santos, uma (1) abstenção do deputado municipal Rafael Dias, tendo o grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD) apresentado uma declaração de voto, que se anexa a esta como documento número nove. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** esclareceu que a sua abstenção, não era uma demissão completa do documento referindo que o mesmo contemplava um recurso de extrema revitalidade para o interior do concelho e Baixo Alentejo, no entanto queria deixar uma ressalva a uma série de outros problemas que estavam esquecidos ou adiados no orçamento municipal. -----



--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que aguardava propostas do Presidente de Junta de Cachopo para integrar o saldo de gerência em fevereiro. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao ponto número onze referente à **PROPOSTA N.º 384/2022/CM – ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E RESPECTIVO REGULAMENTO - 2023.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a proposta de alteração à orgânica era um assunto pensado havia algum tempo, o qual tinha como principal mudança, a criação de departamentos, os quais já tinham existido na Câmara Municipal, mais precisamente cinco (5) e que posteriormente por força da Lei que ficou conhecida por “Lei Relvas”, a qual determinou a necessidade de cortar cargos de chefia, designando o número máximo de unidades orgânicas que podiam ter, a Câmara tinha prescindido dos departamentos tentando manter mais divisões, e tinha corrido bem até então. Atualmente existiam divisões com duzentos (200) colaboradores, incluindo escolas e centros de saúde e tinham começado a constatar que os vereadores tinham funções cada vez mais administrativas, levando-os a exercer funções de diretores de departamento, sendo que era competência do presidente e dos vereadores terem funções mais estratégicas e menos executivas, assim considerava importante criar um primeiro nível na orgânica para melhorar a articulação e as dinâmicas, referindo que eram quatro (4) os departamentos a criar, Administração Geral, Sustentabilidade e Gestão Operacional, Desenvolvimento Territorial e Desenvolvimento Sociocultural. -----

--- Mencionou ainda a criação de duas divisões, a de Gestão de Recursos Humanos, pois como referido anteriormente, a Câmara contava com cerca de seiscentas e cinquenta (650) funcionários e começava a ser difícil de ser gerido por uma Coordenadora de Secção ou por uma unidade de terceiro grau, e uma divisão de Gestão Cultural, a qual iria ter entre outras competências a gestão do Cineteatro, referindo que o mesmo iria ter uma gestão municipal, resultando na necessidade de criar uma equipa para efetuar as prestações de serviços necessárias aos eventos. -----

--- Referiu ainda a criação de novas unidades de terceira nível, nomeadamente uma na área da Educação e Juventude, uma na área da Gestão da Biblioteca, uma na área do Apoio ao Município, outra na área da Fiscalização e das Contraordenações e também uma na área do Bem-estar Saúde e Sanidade Animal, as quais iriam ser também chefiadas por dirigentes de terceiro grau, inseridas em divisões com alguma complexidade que acabavam por ser muito pesadas, pretendendo com a reestruturação proposta, melhorar a resposta aos municípios. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a **PROPOSTA N. 384/ 2022/CM - ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E RESPECTIVO REGULAMENTO - 2023**, que foi aprovada por maioria com dezassete (17) votos a favor dos



deputados municipais José Manuel Guerreiro, Maria Margarida Flores, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Ana Cristina Palmeira, Nuno Mateus, Maria Manuela Romão, José Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Rafael Dias e Gonçalo Santos e dez (10) abstenções dos deputados municipais Natércia Joaquim, Jorge Corvo, Silvino Oliveira, Liliana Fernandes, Ana Rita Pacheco, João Correia, Sónia Tomás, Artur Gomes, Ana Baioa e Jorge Cruz, tendo o grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD) apresentado declaração de voto que se anexa. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao aditamento da Ordem do Dia, o qual continha dois pontos, com a apreciação e votação da PROPOSTA PARA A DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS DE CONCEIÇÃO E CABANAS DE TAVIRA e PROPOSTA PARA A DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DA LUZ DE TAVIRA E SANTO ESTEVÃO, referindo que o mesmo iria apresentá-los e passou aos considerandos: -----

--- *“A reforma administrativa do território das freguesias operada pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 janeiro, deu cumprimento à obrigação de reorganização administrativa do território das freguesias constante da Lei nº 22/2012 de 30 de maio, e originou a agregação das Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira numa única Freguesia, igualmente aconteceu com a freguesia de Luz de Tavira e de Santo Estêvão, dando origem também a uma única freguesia, a União de Freguesias da Luz de Tavira e Santo Estevão. A referida Lei n.º 11-A/2013 de 28 janeiro, foi revogada pela Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de Freguesias”.*-----

--- As propostas eram referentes às duas freguesias mencionadas, as quais junto das respetivas assembleias municipais, realizaram todos os procedimentos necessários, incluindo o parecer do executivo das freguesias, o qual tinha sido favorável e votado por unanimidade, entregue à Assembleia Municipal, que pediu o parecer, obrigatório, à Câmara Municipal de Tavira, também votado por unanimidade na respetiva sessão de Câmara. Cumprido todas as fases indispensáveis e toda a documentação entregue à Assembleia Municipal, a proposta em apreço seria para votar a desagregação das duas freguesias, dando origem a quatro freguesias.

--- Após o resultado obtido na Assembleia Municipal, no dia seguinte seria enviado para a Assembleia da República, entidade que ditaria a decisão final, toda a documentação incluindo a ata em minuta. Agradeceu à Sandrina todo o empenho, entrando em contacto com a Assembleia da República para conhecer melhor os procedimentos, dado ser uma novidade, organizando de forma célere o envio para a Assembleia da República. Embora subsistissem dúvidas relativas à matéria, mas salvaguardando a hipótese de alguma das freguesias não terem o seu processo completo, não avaliado, esclarecendo que a Assembleia Municipal não tinha avaliado os processos, apenas a documentação necessária de acordo com o que a lei

dizia, razão pela qual tinham decidido realizar a Assembleia naquela data, dando tempo para, caso fosse necessário realizar mais algum procedimento. -----

--- Com o processo completo, era altura de votar, questionando se alguém queria intervir relativamente às propostas apresentadas. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** usou da palavra, cumprimentando todos e referindo que a Assembleia Municipal tinha como missão, no mandato atual, corrigir e repor um erro que não sendo de lesa pátria, mas que tinha lesado gravemente os interesses das populações do concelho de Tavira nos anos de 2012 e 2013. Tinha sido opinião unânime dos autarcas de Tavira, há 9 anos atrás contrariar a pretensão do governo de fundir freguesias no concelho de Tavira, referindo que tinha mencionado o nome de Jorge Valente mas também tinha que mencionar Fialho Anastácio e referir todos os homens e mulheres que ao longo dos quase cinquenta (50) anos de 25 de Abril, defenderam o poder local do concelho e que em momentos precisos da história democrática tinham levado à criação das Freguesias de Santa Luzia e de Cabanas de Tavira, juntando aquelas duas freguesias às históricas freguesias de Santa Maria e Santiago, mas também Santo Estêvão, Conceição, Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo. Por alguma razão tinha passado um dia pela cabeça de algumas pessoas mais inteligentes, que aquelas freguesias com uma identidade histórica tão marcante, que havia justificado a sua criação já em período democrático, poderiam ser novamente fundidas, referindo que em 2012 e 2013, era pretensão, não só juntar as freguesias mas também afetar politicamente a governação no território do município, falando-se na altura na extinção da Freguesia de Santa Luzia, na sua reintegração na antiga Freguesia de Santiago, mas falou-se também na extinção de outras freguesias desconhecendo ou procurando passar de uma forma muito radical por cima de quinhentos (500) anos de história de governação local. Aqueles que sabiam um pouco história sabiam como é que as freguesias do concelho foram sendo criadas ao longo do tempo, sabiam da forte influência que o padroado de Santiago tinha exercido no sotavento algarvio e de quando o concelho de Tavira se estendia praticamente da ribeira de Cacula até à ribeira de Bias, já bem no interior do concelho de Olhão e que este território todo ele se estendia a norte até à ribeira de Odeleite, desconheciam um pouco a reestruturação administrativa do século XIX que tinha levado à integração de Cachopo no nosso território e à perda do território da freguesia de Vaqueiros, justificando também o alargamento do território de Alcoutim ou a criação do concelho de Olhão levando a que retirassem ao concelho de Tavira a Fuzeta e Moncarapacho. Referiu que estava, tal como em 2012, em representação do grupo parlamentar do PS defendendo a integridade histórica, que ao longo de mais de quinhentos (500) anos como cidade, mas mais de quinhentos (500) anos como termo concelhio e que tinha ficado consolidado praticamente em meados do século XIX, o território



com as suas freguesias originais com uma salvaguarda, tornando-se necessário explicar o porquê dessa salvaguarda ser efetuada e também porque é que não podiam propor a criação ou desagregação da União de Freguesias de Tavira de Santa Maria e Santiago. Ao longo dos anos os autarcas tinham trabalhado procurando maximizar os recursos de cada uma das freguesias para desenvolver e promover o bem-estar das populações do seu território. Tinha havido uma reflexão mais aprofundada desenvolvida nos anos de 2018 e 2019 que precedeu à aprovação da presente Lei e em que praticamente quase por unanimidade se chegou à conclusão que havia vantagens em que as alterações que tinham sido feitas a nível de freguesias urbanas se mantivessem. Um trabalho pioneiro desenvolvido pelo atual primeiro-ministro em Lisboa, defendendo a reestruturação das freguesias, mais de trinta (30) na cidade de Lisboa, mas também feita por vontade e com o acordo das populações, um trabalho desenvolvido com os autarcas de Lisboa mas também nas assembleias municipais e de freguesia, das freguesias agregadas a nível urbano no Algarve. Referiu exemplos muito evidentes, o primeiro passo dado na Cidade de Lagos na união de freguesia de São Sebastião e de Santa Maria que a própria assembleia de Freguesia tinha dado o passo em frente transformando a União de Freguesias numa Freguesia, atual freguesia de São Gonçalo de Lagos, mas também o trabalho desenvolvido em Faro pelas freguesias da Sé e de São Pedro e, em Tavira de uma forma exemplar pelo atual presidente de Junta José Mateus, na liderança da União de Freguesias de Santa Maria e Santiago. Era da opinião que as duas freguesias tinham que dar um passo em frente no futuro, transformando a União de Freguesias numa única Freguesia Urbana, que garantisse toda a continuidade dos serviços que naquele momento a freguesia já fazia, mas de uma forma institucionalmente adequada. -----

--- Outra posição que queria ressaltar era o trabalho desenvolvido pelo ex-presidente da Câmara Municipal de Tavira enquanto Secretário de Estado da Administração Local, no processo de preparação do projeto de lei que originou a Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, referente à criação das freguesias, no qual através do seu artigo 25.º foi criado o procedimento especial simplificado e transitório para a reposição das situações em que as populações decidissem nesse sentido e como anteriormente referido pelo Presidente da Assembleia Municipal, aquilo que o PS mais relevava naquele dia era a vontade das populações manifestada pelos seus órgãos locais, pelas assembleias de freguesia e pelas juntas de freguesia que iniciaram o processo de desagregação.-----

--- Saudou as populações do concelho de Tavira que paralelamente ao processo decisório a nível autárquico nas assembleias de Freguesia também tomaram o pulso ao processo e decidiram participar juntando-se às Assembleias de Freguesia, saudando as populações de Cabanas, da Conceição de Tavira, da Luz de Tavira e Santo Estêvão, que tomaram em mãos e



paralelamente aos seus órgãos autárquicos deram-lhes mais força e trouxeram à Assembleia Municipal de Tavira, aquelas duas propostas. Referiu-se às duas propostas, mencionando que especialmente por respeito à vontade política manifestada pelas populações na pessoa dos seus autarcas locais das Assembleias de Freguesia, da União de Freguesias da Conceição e Cabanas e da Assembleia de Freguesia da Luz Tavira e Santo Estêvão, que o PS ia votar a favor das duas propostas. -----

-- **O Presidente da União de Freguesias de Tavira, José Mateus** disse que apesar de integrar a bancada do PS com todo o gosto, o seu sentido de voto ia ser a abstenção e explicou o porquê, referindo que nove anos atrás, em conjunto com os Presidentes de Junta de então, tinham tomado parte de uma manifestação, talvez a maior manifestação alguma vez feita em Portugal, com mais de duzentas mil (200.000) pessoas que desceram do Marquês de Pombal até ao Rossio, em consciência, porque na altura concordava em absoluto que as freguesias, precisamente por aquilo que o Deputado José Graça tinha dito, não deviam ser desagregados ou extintas. Atualmente a sua opinião era um pouco diferente, pelo exemplo prático e pelo seu conhecimento atual, das enormes vantagens tanto nos valores recebidos do Estado através do fundo de financiamento das freguesias, cuja atribuição era efetuada com base nas suas dimensões, em área e população, como das enormes dificuldades que as freguesias de menor dimensão tinham, tanto nas diminutas verbas do fundo de financiamento das freguesias como na impossibilidade perante a lei de todos os apoios e delegações de competências por parte dos municípios, acrescentando ainda o facto da utilização de equipamentos que obviamente eram proporcionais em termos de necessidade tanto no existente como na aquisição e que obviamente as vantagens eram das freguesias com maior dimensão ficando as outras sem possibilidade de adquirir equipamentos de elevado preço e totalmente vulneráveis e dependentes da boa vontade e disponibilidade do município que inúmeras vezes ficava sem possibilidades legais para ajudar. Pelo exposto o seu sentido de voto era a abstenção, tanto numa Freguesia como noutra.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que como provado em Assembleia, relativamente ao tema em análise, havia opiniões e posições para defender, ambas perfeitamente legítimas e enquadráveis, que traziam recursos mais difíceis de gerir ou menos e que traziam desafios, no entanto o que prevaleceria sempre seria o sentimento e a vontade da população em mudar ou em querer gerir os seus destinos como uma única identidade principalmente em locais onde as identidades eram tão distintas como os quatro casos em análise. Agradeceu ao Deputado Municipal José Graça por ter feito o enquadramento histórico da iniciativa dos eleitos do PSD ao proporem esta iniciativa e ao mesmo tempo deu os parabéns pela coragem de iniciativa e por conseguirem junto das suas freguesias e com os



outros membros da freguesia levarem esta iniciativa por diante, deixando um bem-haja e incentivando a continuar a lutar por Tavira e pelos seus interesses. -----

--- **O Deputado Municipal Gonçalo Santos** cumprimentou todos, a mesa da Assembleia, os presidentes de junta e a todos os colegas deputados presentes, e disse que relativamente às duas votações das freguesias, como era do conhecimento geral a nível do partido Chega, o mesmo era contra, no caso e defendendo ambas as freguesias e sabendo o estado em que se encontravam e que ambas tinham capacidade para serem independentes o seu sentido de voto ia para a abstenção. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que ia pôr à votação os dois pontos separados, referindo que só podiam votar os deputados efetivos, os que se encontravam em substituição não votavam, no caso era só um. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que no caso em concreto votavam todos os membros da Assembleia Municipal, a votação em efetividade de funções aplicava-se no artigo 12.º no âmbito da criação de freguesias, votando todos os membros presentes na Assembleia Municipal, vinte e sete (27).-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que consultando a lei, no ponto n.º 6, do artigo 12.º referia “ *Todas as assembleias municipais envolvidas no processo deliberam sobre a proposta de criação de freguesia, devendo esta ser aprovada em todas, por maioria dos respetivos membros em efetividade de funções*”. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** contestou que “*Salvo melhor opinião*” este procedimento era realizado ao abrigo do artigo 25.º e não ao abrigo de qualquer outro artigo atrás, em outras assembleias municipais onde tinham sido votadas as desagregações das freguesias, tinham votado todos os membros presentes nas assembleias municipais.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que consultando o artigo 12.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, referente à desagregação das freguesias ou da criação de novas freguesias, o mesmo se referia tanto nas freguesias, como nas assembleias de freguesias e assembleias municipais.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as propostas - PROPOSTA PARA A DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS DE CONCEIÇÃO E CABANAS DE TAVIRA e PROPOSTA PARA A DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DA LUZ DE TAVIRA E SANTO ESTEVÃO, que foram aprovadas por maioria com vinte e quatro (24) votos a favor dos deputados municipais em efetividade de funções José Manuel Guerreiro, Maria Margarida Flores, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Ana Cristina Palmeira, Nuno Mateus, Maria Manuela Romão, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Rafael Dias, Natércia Joaquim, Jorge Corvo, Silvino Oliveira, Liliana Fernandes, Ana Rita**



Pacheco, João Correia, Sónia Tomás, Artur Gomes, Ana Baioa e duas (2) abstenções dos deputados municipais José Mateus e Gonçalo Santos. -----

--- Terminados os pontos em apreciação e votação, o Presidente da Assembleia Municipal disse que passavam ao período de intervenção do público, pelo que iria passar a palavra ao munícipe Nuno Vaz:-----

Colocou a seguinte questão: -----

--- O munícipe cumprimentou os deputados municipais, os Presidentes de Junta, os membros do executivo municipal, a Presidente da Câmara Municipal, ao público que assistia em casa e o presente, colocando a seguinte questão:-----

--- *“Temos vindo a viver períodos de seca, como aquele que sofremos durante quase todo o ano de 2022 e a ciência diz-nos que acontecerão de uma forma cada vez mais intensa e frequente resultado das alterações climáticas, apontando o Algarve uma região particularmente sensível a este fenómeno. Antes das recentes chuvas, como referido anteriormente pela senhora presidente, as reservas de água nas Albufeiras, nos aquíferos da região encontravam-se em níveis muito baixos e as fortes precipitações das últimas semanas insuficientes para um recarregamento desejável da água e não nos devem fazer esquecer que previsivelmente no futuro novos períodos de seca ocorrerão. Torna-se essencial mitigar as consequências das secas garantindo que não falta água nas torneiras para o consumo humano e nos campos para assegurar a produção agropecuária. Para além da tão necessária e há muita adiada construção da barragem da Foupana, como aqui foi referido também, articulada com o sistema Odeleite/Beliche, todos os recursos hídricos disponíveis devem ser aproveitados combatendo o seu desperdício. Por exemplo no espaço do centro agrário de Tavira são conhecidos os olhos de água que debitam milhares de litros de água por dia sem qualquer aproveitamento para as populações ou para a agricultura ou para outros usos diversos. Através do Deputado do PCP na Assembleia da República, João Dias perguntámos ao governo se pretende resolver esta situação e fazer aproveitar este recurso hídrico e neste momento esperamos a sua resposta, no entanto senhora presidente o PCP de Tavira questiona tendo em conta que a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve tem vindo a desinvestir dos recursos ali existentes, o Município de Tavira já fez alguma proposta àquela direção conducente ao aproveitamento dos Recursos de água ali desperdiçados? Sabemos que o nosso concelho assenta no aquífero Luz de Tavira resultando noutros mananciais de água, já fez um levantamento desses recursos hídricos e que investimentos poderão ser realizados de modo a aproveitá-los por exemplo na Atalaia o aquífero que brota junto ao Clube de Vela antigas Termas de Tavira água essa foi que canalizada para as condutas de águas pluviais poderia ou não a Câmara Municipal de Tavira tentar o aproveitamento deste manancial? No rio Gilão*



*conhecemos junto ao antigo depósito de água que abasteceu a cidade até aos anos 90, poderia ou não a Câmara Municipal de Tavira fazer estudos no sentido de recuperar estes mananciais de água que tanta falta, que irá fazer". -----*

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que relativamente à nascente de água existente a DRAP - Direção Regional de Agricultura e Pescas, conhecia a sua existência, no entanto nunca tinham feito nenhum pedido, nem tinham nenhum levantamento dos recursos hídricos, tinham no entanto uma série de furos, captações de água, muitos deles que serviam para abastecimento público, que a Taviraverde, E.M., continuava a monitorizar e que caso houvesse falta de água, estavam preparados para poderem ser injetados na rede, embora trouxesse um problema com as Águas do Algarve, quanto à cobrança da água, logo não tinham essa autorização. A Taviraverde, E.M., tinha elencado e preparado os furos anteriormente referidos, dado que em 2005, tinha havido uma grande seca utilizando-se algumas dessas captações existentes e a Taviraverde, E.M., continuou a monitorizá-los. -----

--- Relativamente à questão do Rio Gilão, disse que a água não era potável, poderiam eventualmente utilizá-la para lavagem de ruas ou contentores, no entanto já estavam a fazê-lo com o aproveitamento das águas das piscinas. -----

--- Quanto à questão da DRAP - Direção Regional de Agricultura e Pescas, esclareceu que a água era propriedade do proprietário do terreno e o município tinha manifestado alguma vontade de património, não relativamente à água, no entanto era uma hipótese a considerar, o que levaria eventualmente à criação de depósitos e algum tratamento da água, logo era uma questão a ser mais aprofundada, no entanto tinha havido um pedido da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. para efetuarem um estudo, nomeadamente na Luz de Tavira, para eventual utilização para agricultura e que estava a ser avaliada conjuntamente. -----

--- **O Deputado Municipal Silvino Oliveira** usou da palavra cumprimentando a todos os presentes e disse que na sequência do tema que o município tinha levantado e por força dos esclarecimentos da Presidente da Câmara Municipal tinha uma questão que gostaria de colocar, num cenário em que houvesse nitidamente falta de água para servir as populações do concelho de Tavira e tendo em conta que o concelho de Tavira já tinha utilizado no passado alguns furos nos aquíferos do concelho para abastecer as populações com água potável a pergunta em concreto era se num cenário de seca a Taviraverde, E.M. poderia utilizar esses furos para abastecer diretamente o consumo humano dos munícipes com água potável? -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que tinha respondido à questão anteriormente, não poderia sem autorização das Águas do Algarve, que possivelmente iriam confirmar as análises da Taviraverde, E.M., uma situação que já tinha acontecido anteriormente e os sistemas estavam minimamente operacionais dado que a Taviraverde, E.M., durante todos



aqueles anos tinha monitorizado aquelas situações, no entanto carecia sempre de uma autorização. O mercado em baixa estava com uma contratação excluída com as Águas do Algarve, e o município não podia simplesmente injetar água de furos, havendo que cumprir uma série de normas para que isso pudesse acontecer, sendo um procedimento de exceção. ---

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que se encontravam no período de intervenção do público, a Presidente da Câmara Municipal tinha intervindo, no entanto não podiam entrar em diálogo, talvez numa próxima assembleia, deixando a nota de que a Taviraverde, E.M., estava a controlar os referidos furos que noutros tempos já tinham servido a população de Tavira portanto estavam operacionais, como se podia constatar pelas realização de análises de água e até os próprios equipamentos de bombagem que por vezes deitavam água fora precisamente para efetuar esses testes. -----

--- **Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** agradeceu a presença de todos, desejando um feliz natal a todos e um ano novo 2023 cheio de saúde e sucessos pessoais e profissionais, aos presentes e aos que assistiam pela via digital, convidando para comerem bolo-rei e desejando um Feliz Natal. -----

-- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que queria desejar a todos festas felizes e um bom ano, e dizer mais uma vez que a democracia tinha funcionado. Pediu desculpa ao deputado por não o deixar intervir, no entanto era o tempo de intervenção do público. -----

--- Disse que tinha ficado feliz até entrarem no último ponto da ordem de trabalhos, a votação da ata, verificando que naquela assembleia tinham sido discutidos pontos de grande interesse para todos os munícipes, para o futuro de Tavira e do concelho para o ano de 2023 e próximos, a curto médio e longo prazo, assuntos discutidos normalmente na Assembleia onde se discutia o orçamento, deixando ainda a ressalva de que a democracia tinha funcionado e quando referiam que as bancadas nas assembleias municipais ou nas juntas de freguesia não se opunham ou que não reclamavam contra o governo quando eram da mesma cor política, naquela Assembleia não acontecia, dado que o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus ao apresentar uma proposta relativamente à travessia em segurança da Nacional 125, a qual tinha tido uma votação por unanimidade, era sinal que tinham sido eleitos para defender o concelho de Tavira.-----

--- Agradeceu a presença de todos, referindo que era assim que funcionava uma Assembleia Municipal, desejando um bom ano e convidou a comer bolo-rei.-----

--- Desejou a todos um Bom Fim-de-semana, até à aproxima sessão. -----

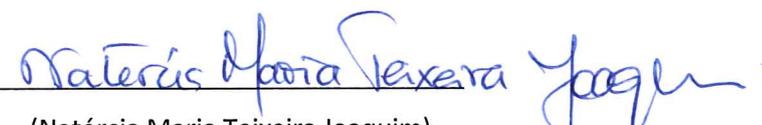
--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinquenta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois e lida aprovada vai ser assinada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

  
(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,

  
(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)

  
(Natércia Maria Teixeira Joaquim)



## **Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA**

### **VOTO DE LOUVOR**

**PEDRO PIRES**

Pedro Miguel Ferreira Pires é natural de Tavira, nasceu a 29 de março de 1988 e começou a aprender música com cinco anos na Banda Musical de Tavira. Aos oito anos, tomou o primeiro contacto com o clarinete, tendo como professor o maestro António Manuel Lopes Batista.

Aos onze anos ingressou no Conservatório Regional do Algarve Maria Campina (CRAMC) na classe do professor José António Peixoto Veloso. Foi membro do quarteto de clarinetes *Four Clair* formado no CRAMC, com o qual se apresentou em vários pontos do país. No ano de 2006 termina o 8º grau de clarinete no CRAMC com a professora Jennifer Brown, e ganha no mesmo ano o 1º Prémio do Concurso de Música de Câmara desta mesma instituição. No mesmo ano ingressou na Escola Superior de Música de Lisboa, na classe do Professor Manuel Jerónimo e, mais tarde, com o Professor Paulo Gaspar.

Foi professor de clarinete na Banda Musical de Tavira e na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, membro da Orquestra Sinfónica Juvenil de Lisboa, e também da Orquestra de Clarinetes de Almada (OCLA), onde se apresentou como solista.

Em 2008 ingressou na Banda da Armada Portuguesa e, em 2011, licenciou-se em Música, na variante de Clarinete. Nesse mesmo ano frequentou ainda o curso de Jazz na Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa, na classe do professor José Menezes.

Em 2015 começou a estudar composição e orquestração com o maestro Pedro Duarte e é frequentador assíduo de seminários no âmbito da composição musical e criação artística.

Enquanto compositor e arranjador, participa em projetos nacionais e internacionais. Desde 2021 estuda também com o compositor Óscar Navarro.



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Em 2017 foi premiado no *1st International Contest of Original Compositions for Musical Bands* (Itália) com a obra MARE CLAUSUM.

Atualmente, é músico na Banda da Armada Portuguesa nas funções de executante em clarinete e piano e também compositor residente. É ainda professor de clarinete na Sociedade Filarmónica União Assaforense desde 2016.

Recentemente, o professor Pedro Pires foi distinguido com o 1.º Prémio, e Menção Honrosa pela pontuação extraordinária obtida, na categoria OBRA DE CONCERTO pela composição intitulada A FLIGHT TO THE FUTURE no I Concurso Internacional de Composição “Emili Giménez Bou”, promovido pela Academia Ateneu Musical de Cullera (Espanha).

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 19 de dezembro de 2022, delibera:

1. Aprovar um Voto de Louvor pela carreira brilhante e pela dedicação à arte musical de Pedro Miguel Ferreira Pires, traduzido nas distinções nas mais variadas certames nacionais e internacionais.
2. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta ao Ginásio Cube de Tavira e, para conhecimento e divulgação à Câmara Municipal de Tavira, à Banda Musical de Tavira, ao Conservatório Regional do Algarve Maria Campina e à Direção Regional de Cultura do Algarve, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.



Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

## **Voto de Congratulação a Ana Isabel Nascimento Santos pela**

### **conquista do Prémio Nacional de Arquitetura – Forma, na categoria Jovens Emergentes**

Ana Isabel Nascimento Santos, nasceu em Tavira corria o ano de 1990.

Frequenta a Licenciatura com Mestrado Integrado em Arquitetura pela Universidade de Évora. Entre 2013 e 2014 representa Portugal pela Universidade de Évora nos workshops internacionais ERASMUS Intensive “Paris Fortified Places” organizado pela École D’Architecture Paris – Malaquais (França) e participação da Universidade de Sevilha (Espanha) e da Universidade de Veneza (Itália) e, depois em Marrocos no workshop “Landscape and Architecture. The Medina of Safi: Rehabilitation of river Oued Chebba.”, organizado pela Université Cadi Ayyad – Marrakech (Marrocos) e participação da Universidade de Berkeley (USA).

Em 2015 conclui a dissertação “Tavira, Patrimónios do Mar – da Ribeira à casa nobre de quinhentos – o caso dos “telhados de tesouro”, sob orientação do Arq. Pedro Oliveira (Universidade de Évora) e coorientação do Prof. Dr. João Rosa Vieira Caldas (Instituto Superior Técnico). Nesse mesmo ano integra a equipa do ateliê José Adrião Arquitetos onde conclui o Estágio de Acesso à Ordem dos Arquitetos e colabora posteriormente como arquiteta em diversos projetos de reabilitação de espaço público e/ou de edifícios públicos e privados de que se destacam:

- Revitalização do Centro Urbano de Loures (Concurso Público promovido pela CM Loures);

- Revitalização do Centro Urbano de Camarate (Concurso Público promovido pela CM Loures);

Requalificação da Alameda Ricardo Espírito Santos, “Praça Fonte Nova” Inserido no Programa “Uma Praça em Cada Bairro” (Concurso Público promovido pela CM Lisboa);

- Reabilitação de Edifício Unifamiliar na Rua dos Douradores, inserido na Baixa Pombalina, em Lisboa;

- Concurso de Conceção para o Parque Urbano da Praça de Espanha, em Lisboa;

- Concurso de Requalificação da Praça do Martim Moniz, em Lisboa;

- Reabilitação da Casa Fernando Pessoa, (Concurso Público promovido pela DGArtes – Ministério da Cultura);

Em paralelo à prática de projeto colabora como fotógrafa de arquitetura e desenvolve, a título pessoal, investigação teórica acerca dos valores culturais e arquitetónicos da arquitetura tradicional e vernacular do Algarve, participando em diversos seminários, colóquios e congressos nacionais e internacionais. Tendo daí resultado a publicação de diversos artigos científicos redigidos com base nas comunicações apresentadas, de que se destacam:

- Comunicação no Colóquio Internacional de Arquitetura - “Tradição e Vanguarda”, em Lisboa, organizado pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) de que resulta o artigo “Telhados de Tesouro de Tavira – Modelos e Tipologias de Casas Nobres da Ribeira com telhados múltiplos” em 2016;

- Comunicação no Congresso Internacional - “Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental”, em Mértola, organizado pelo Campo Arqueológico de Mértola, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do

Património, UALG e Laboratoire d'Archéologie et d'Architecture Maghrébines, de que resulta o artigo "Telhados de tesouro da Ribeira de Tavira - Modelos e Tipologias de Casas Nobres entre os séculos XV e XVI" em 2020.

Ainda neste âmbito recebe em 2015 o convite da Câmara Municipal de Tavira para integrar a Comissão Científica dos 500 Anos de Elevação de Tavira a Cidade e, mais tarde, em 2018 a convite da DGPC (Direção Geral do Património Cultural) para apresentação do tema "Telhados de Tesouro do Algarve", no âmbito da Reportagem da RTP aquando da celebração do Ano Europeu do Património Cultural.

Em 2018 funda os MESA Atelier juntamente com os arquitetos João Varela, João Tavares e Paulo Dias. A equipa passa a defender que a abordagem a cada projeto deve exprimir o reconhecimento do território, os seus valores e os elementos que o caracterizam. Esta metodologia permite atribuir a cada uma das intervenções características únicas de valorização e entendimento dos elementos construídos e biofísicos. Fazendo de cada projeto único, pelo emprego de matérias-primas locais, estudo das técnicas construtivas da arquitetura vernacular, com base na economia de recursos e valores presentes em cada edificação ou paisagem envolvente, onde encontram o fio condutor para a maioria das abordagens e intervenções. Desta colaboração resulta a participação em diversos concursos nacionais e internacionais de que se destacam:

- 1º Prémio no Concurso Internacional de Arquitetura para um Spa de Natureza na Letónia - "Blue Clay Country Spa, Latvia", organizado pela plataforma Beebreeders em 2017;
- 1º Prémio no Concurso Público para Conceção e Construção da Casa Mortuária de Barrancos, promovido pela Câmara Municipal de Barrancos, com assessoria técnica da Ordem dos Arquitetos em 2019;
- 2º Prémio no Concurso Público para a Reabilitação do Mercado Público de Vila Franca do Campo, promovido pela Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, com assessoria técnica da Ordem dos Arquitetos em 2021;

E, recentemente, no passado dia 26 de outubro, conquistou o Prémio Nacional de Arquitetura – Forma, na categoria Jovens Emergentes à Casa das Janelas Verdes, em Lisboa, que visa a reconversão de uma antiga galeria de arte em habitação permanente. Este prémio organizado pela plataforma de concursos IF – Ideas Forward e da Revista AP – Anteprojetos, com o apoio institucional da Ordem dos Arquitetos, da Secretaria de Estado das Infraestruturas e da Habitação, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, da Direção Geral do Património Cultural, da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, da Direção Geral do Território, Universidade de Lisboa, da Casa da Arquitetura, da Câmara Municipal de Lisboa, entre outros parceiros comerciais da área da construção.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 19 de dezembro de 2022, delibera:

- Congratular Ana Isabel Nascimento Santos, pela conquista do Prémio Nacional de Arquitetura – Forma, na categoria Jovens Emergentes;
- Enviar o presente Voto de Congratulação à Ana Isabel Nascimento Santos e MESA Atelier;
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 19 de dezembro de 2022

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)



**PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira**



## **Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA**

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **GINÁSIO CLUBE DE TAVIRA - BOXE**

O Ginásio Clube de Tavira, instituição fundada em 19 de outubro de 1928, com o estatuto de Utilidade Pública Desportiva, tem uma longa história de ligação ao desporto e à cidade de Tavira, da qual é um dos principais embaixadores.

Atualmente, o clube tem várias modalidades em atividade, com particular destaque para o boxe e o futebol.

Recentemente, Gabriel Afonso, Ryan Lima e Rúben Andrade, atletas da secção de Boxe do Ginásio Clube Tavira, sagraram-se campeões regionais de boxe no Campeonato Regional de Boxe Olímpico foi disputado na Escola Básica Dr António João Eusébio, em Moncarapacho (Olhão).

Na mesma modalidade, Ruben Andrade (categoria de Júnior 57 kg) e Gabriel Afonso (Júnior 63 kg), atletas da secção de Boxe do Ginásio Clube Tavira, conquistaram medalhas de ouro, no último fim de semana, na Escola João Faleiro, em Sintra.

O Torneio Luva de Prata, aberto a todos os escalões, foi organizado pela Associação de Boxe de Lisboa.

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 19 de dezembro de 2022, delibera:

1. Aprovar um Voto de Congratulação pelo trabalho exemplar, inovador e meritório desenvolvido pela equipa técnica dirigida por António Iria Santos e pelos dirigentes do Ginásio



## **PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira**

Cube de Tavira, na desenvolvimento e consolidação da modalidade de Boxe, traduzido nos resultados obtidos nas mais variadas provas regionais e nacionais.

2. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta ao Ginásio Cube de Tavira e, para conhecimento e divulgação à Câmara Municipal de Tavira, à delegação regional do Instituto Português do Desporto e Juventude e à Federação Portuguesa de Boxe, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.



## **Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA**

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **ASSOCIAÇÃO KOMBATE FÁCIL**

A Associação Kombatefacil – Academia de Artes Marciais e Desportos de Combate, com sede em Tavira, participou recentemente no Campeonato da Europa de Karaté JSKA em Londres e o clube sagrou-se campeão e vice-campeão por equipas, tendo os atletas conquistado vários pódios a nível individual, destacando-se a prestação de José Maurício, tricampeão europeu em kata e combate/kumite.

A título coletivo e individual, lograram alcançar excelentes resultados que muito enchem de orgulho Portugal mas, sobretudo, Tavira e os tavirenses, fruto de uma década de trabalho continuado, desenvolvido com o apoio do Município de Tavira e das famílias dos seus praticantes, desde os mais jovens aos veteranos, permitindo-lhe o seu crescimento em quantidade de praticantes e na qualidade desportiva.

De igual forma, a associação também conquistou vários títulos no Campeonato Nacional de Kickboxing entre cerca de 800 participantes, realizado no início do verão em Matosinhos, e na Taça de Portugal de Kickboxing e MuayThai, disputada em novembro passado, no Pavilhão Municipal Dr Eduardo Mansinho, em Tavira.

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 19 de dezembro de 2022, delibera:

1. Aprovar um Voto de Congratulação pelo trabalho exemplar desenvolvido pela equipa técnica e pelos dirigentes da Associação Kombatefacil – Academia de Artes Marciais e Desportos de Combate, na desenvolvimento e consolidação dos desportos de combate e do Karaté, traduzido



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

nos resultados obtidos no Campeonato da Europa de Karaté JSKA e na Taça de Portugal de Kickboxing e MuayThai.

2. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta à Associação Kombatefacil – Academia de Artes Marciais e Desportos de Combate, e, para conhecimento e divulgação à Câmara Municipal de Tavira e à delegação regional do Algarve do Instituto Português do Desporto e Juventude, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.



**PARTIDO SOCIALISTA - Seção Concelhia de Tavira**



## **Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA**

### **MOÇÃO**

#### **ESTRADA NACIONAL 125 – ATRAVESSAR EM SEGURANÇA**

O desenvolvimento urbanístico verificado na zona norte da cidade de Tavira, intensificado pela retoma da economia e pela instalação de diversos estabelecimentos comerciais de elevada procura e de serviços públicos, tem motivado o crescimento do tráfego rodoviário e de peões naquela envolvente.

Apesar dos investimentos previstos na obra de requalificação da Estrada Nacional 125 incluírem a realização de diversas melhorias ao nível do traçado da via e a adoção de medidas promotoras de segurança rodoviária, os atrasos verificados na sua concretização nos Municípios do Sotavento Algarvio têm aumentado o sentimento de insegurança dos Cidadãos que diariamente são obrigados a atravessar a EN 125, levando à colocação de semáforo e de uma passagem de peões onde a situação se mostrava mais crítica, na zona da Nora Velha.

Tratando-se de pequenos investimentos cuja concretização urgente é solicitada há anos pelas populações residentes nas urbanizações Marlin, Nova Tavira, Perogil, Pegada, Quinta da Barra, Miraflores e Tavira Garden, todas localizadas a norte da EN 125, alguns previstos no projeto de requalificação supramencionado, mostra-se justificada e recomendável a sua implementação com a maior brevidade possível.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 19 de dezembro de 2022, delibera:

1. Manifestar a sua preocupação pelas condições de segurança nos atravessamentos da Estrada Nacional 125 no perímetro urbano da Cidade de Tavira.
2. Apelar ao Governo a realização de pequenos investimentos rodoviários nas zonas de atravessamento dos peões e velocípedes provenientes das urbanizações de Marlin, Nova Tavira, Perogil, Pegada, Quinta da Barra, Miraflores e Tavira Garden e



## **PARTIDO SOCIALISTA - Seção Concelhia de Tavira**

das estradas de Santa Margarida e de Santo Estêvão, concorrendo dessa forma para melhorar as condições de segurança dos utentes;

3. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades e instituições: Primeiro-Ministro, Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Executivo e Primeiro-Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, e Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;
4. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.



**PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira**



## **Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA**

### **VOTO DE PESAR**

Jorge Fernandes nasceu no dia 7 de fevereiro de 1953 e representou o Ginásio Clube de Tavira como ciclista profissional na década de setenta, honrando as cores da nossa Cidade com empenho, dedicação e bons resultados.

Iniciou a carreira em 1970 no Louletano em popular e em 1972 com 18 anos ingressou como profissional no Ginásio Clube Tavira, participando em três Voltas a Portugal em 1972, 1973 e 1974 tendo obtido o 7º lugar final nesse ano.

Em 1974 participou também na Volta a Espanha, pelo Sport Lisboa e Benfica, tendo abandonado por queda.

No final desse ano, abandonou a carreira profissional por dificuldades do clube na sequência do 25 de Abril, tendo regressado em Ginásio Clube de Tavira em 1984 realizando uma parte da época.

Jorge Fernandes faleceu na sua residência na Conceição de Faro no dia 29 de novembro de 2022.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 19 de dezembro de 2022, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Jorge Fernandes.
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada e ao Ginásio Clube de Tavira apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.



**PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira**



## **Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA**

### **VOTO DE PESAR**

Jorge Manuel Fernandes Valente nasceu em Tavira em 17 de setembro de 1954, foi dirigente associativo, empresário e professor do ensino básico, enveredando posteriormente pela profissão de advogado, que manteve até à sua morte no dia 10 de outubro de 2022.

Autarca eleito em Tavira ao longo de mais de vinte anos, quer para a Freguesia de Santa Maria, quer para o Município, onde desempenhou as funções de vereador da cultura, desporto, educação e juventude, vice-presidente da Câmara Municipal e deputado na Assembleia Municipal, Jorge Valente foi dirigente local e regional do Partido Socialista, como presidente da Comissão Política Concelhia e como secretário-geral da Federação Regional do Algarve, até retirar-se da vida política em 1999.

Ainda neste contexto, Jorge Valente assumiria as funções de coordenador regional dos Estados Gerais para uma Nova Maioria, que congregou centenas de cidadãos algarvios dos mais variados setores profissionais, contribuindo para a elaboração do programa eleitoral do Partido Socialista e para a vitória nas eleições legislativas de 1995.

Como Deputado eleito pelo círculo eleitoral de Faro, entre 1995 e 1999, trabalhou para concretizar uma região mais justa e socialmente mais coesa.

Entre outras tarefas parlamentares, foi subscritor dos projetos de lei relativos à criação da freguesia de Cabanas de Tavira, da elevação à categoria de vila das povoações de Ferragudo (Lagoa), Alcantarilha (Silves), Santa Luzia e Luz (Tavira) e da alteração dos limites da freguesia de Santa Luzia (Tavira), entre muitas outras iniciativas legislativas, maioritariamente relacionadas com temáticas regionais.



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 19 de dezembro de 2022, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Jorge Manuel Fernandes Valente.
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada apresentando-lhe as mais sentidas condolências do Município de Tavira.
3. Recomendar à Câmara Municipal de Tavira que perpetue a sua memória pela via que considere mais adequada ao seu percurso de serviço público.



Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

### Assembleia Municipal de Tavira dia 19 de dezembro de 2022

Proposta nº 365/2022/CM – Atribuição de apoio freguesia de Santa Luzia – Vila natal 2022

#### Declaração de Voto

Os deputados municipais eleitos pelo PSD reconhecem a importância do evento de Natal «Vila Natal», que a junta de freguesia de Santa Luzia já realizou e com a qual o concordamos.

Atendendo a que a realização conjunta deste evento, entre a junta de freguesia de Santa Luzia e o Município de Tavira, não se encontra prevista e não se enquadra nos «Acordos de Execução» ou nos «Contratos Inter-Administrativos», consideramos que a atribuição deste apoio à referida freguesia se enquadrará na alínea j), do n.º 1, do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, competente para «Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.»

Para que não exista qualquer discriminação na atribuição deste tipo de apoios a esta e outras freguesias, e tendo em conta pareceres já emitidos por algumas CCDR's, consideramos que a atribuição destes apoios devem ser regulamentados pelo Município, através de regulamento municipal, que garanta a transparência, a equidade e onde conste, designadamente os critérios de atribuição e os tipos de apoio a conceder.

Tavira, 19 de dezembro de 2022

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)



Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

## Assembleia Municipal de Tavira dia 19 de dezembro de 2022

### Proposta nº 383/2022/CM - Orçamento municipal e mapa de pessoal para o ano 2023

#### Declaração de Voto

O Orçamento Municipal, para além do documento estratégico mais importante do Município, é a base para o desenvolvimento de toda a atividade municipal, onde todas as ações, obras, projetos e investimentos estão necessariamente definidos. Somos conhecedores da imensa dificuldade que subjaz a sua elaboração.

Reconhecemos, que deverá refletir a visão do executivo para o Concelho de Tavira nos próximos anos, no entanto, deverá contar com a contribuição democrática dos eleitos pelo PSD e dos restantes partidos, nomeadamente a que se encontra regulamentada no Estatuto do Direito de Oposição.

Relativamente à proposta em apreço, apontamos as seguintes observações:

- a) Reconhecemos o esforço feito na melhoria da apresentação do documento, com a incorporação de algumas das sugestões feitas em 2021. O orçamento municipal de 2023 integra já os valores estimativos do saldo de gerência na coluna do financiamento não definido, permitindo desde já uma aproximação ao documento final. O desdobrar das Grandes Opções do Plano e a apresentação do Plano Plurianual de Investimento por separada, permite uma leitura mais rápida e efetiva dos investimentos municipais;
- b) Seria igualmente útil que no orçamento apresentado constassem os dados comparativos relativamente ao documento do ano anterior, para se verificar a evolução das despesas e receitas. Existe um único quadro comparativo com base nos 5 Objetivos Estratégicos;
- c) Falta a indicação dos pressupostos seguidos na elaboração do orçamento, assim como, *“a identificação das responsabilidades contingentes”*. Os processos que decorrem em Tribunal deveriam ser elencados, não só para conhecimento, mas também, porque poderá ter reflexo orçamental;
- d) As receitas consignadas, resultantes da transferência de competências do Estado Central, deveriam integrar uma estrutura que permitisse, de forma clara e imediata, *“aferir os montantes afetos a todo o processo e para cada uma das áreas descentralizadas”*. Mais, o documento integra as receitas consignadas de forma desequilibrada, incluir cerca de 3.000.000€ na parte da receita e somente cerca de 500.000€ de despesas;

- 
- e) No financiamento não definido indica-se cerca de 22.000.000€, mas somente cerca de 11.000.000€ estão incluídos no PPI (Plano Plurianual de Investimento), ou seja, os restantes 11.000.000€ serão para despesas correntes, o que demonstra o desequilíbrio financeiro do documento;
- f) Alertamos para o facto de que as despesas correntes (de funcionamento) devem estar cobertas, cabalmente, pelo orçamento original, e nunca considerando o saldo de gerência;
- g) As despesas com pessoal representam um aumento de 23,5%, em relação a 2021, e configuram 50% das despesas correntes. Acresce a este cenário mais os 146 trabalhadores que o município prevê integrar em 2023;
- h) Urge mais investimento (por ex. habitação), e não está previsto o recurso a crédito (BEI), numa gestão responsável, moderna e flexível, permanecendo a opção política de esta geração pagar tudo a pronto, sem deferimento para gerações futuras (Ex: Ponte Gilão e Auditório);
- i) Consideramos fundamental que estivesse refletido no orçamento os seguintes investimentos, que se apresentam como estruturantes, comunicados em devido tempo:
- Programa de resolução da EMPET;
  - Criação do Gabinete de apoio ao Investimento;
  - Implementação de medidas de gestão eficiente da água que impliquem o reaproveitamento da água da chuva e da água reutilizada;
  - Caderno de Encargos que defenda uma estratégia de desenvolvimento para o Parque de Campismo da Ilha de Tavira;
  - Reabilitação do Pego do Inferno, no âmbito do Ecoturismo;
  - Tornar uma prioridade a existência de um Parque Urbano Verde (Pulmão da Cidade);
  - Estratégia de desenvolvimento desportivo;
  - Prever os estudos para a implementação de um novo Quartel de Bombeiros;
  - Definir um Plano de Mobilidade que contemple novo acesso a Cabanas e estacionamento, bem como novo acesso a Santa Luzia e estacionamento;
  - Isenção de IMT na compra de habitação própria pelos jovens até 35 anos;
  - Prioridades no Património: Reabilitação do Convento de São Francisco e núcleo museológico Fenício/Corte Real.

Face aos pontos indicados, não podemos concordar com a presente proposta de orçamento e apresentamos a presente Declaração de Voto Contra, relativamente à Proposta n.º 383/2022/CM - Orçamento municipal e mapa de pessoal para o ano 2023.

Tavira, 19 de dezembro de 2022

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)